

REVISTA PUC

Publicação Especial do Projeto Comunicar

Março de 2015 Edição 1

Rio: 450 anos



Carioca desde 1940.

A PUC-Rio tem a missão de produzir e propagar o saber, fomentar o debate democrático, promover a inclusão e colaborar com o progresso da cidade e do país.

Parabéns, Rio.
É uma alegria fazer parte desta história.

40
5
RIO
450

Instituição Comunitária
de Educação Superior



PUC



Editorial

Motivos para comemorar

Tantos verões passaram na história dessa jovem aniversariante, escaldantes como é característica do clima carioca, entre mudanças, obras, revoluções e outras ações que construíram a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Maravilhosa. Contar parte desse percurso foi um desafio aceito pela equipe do Núcleo Impresso do Projeto Comunicar com a melhor representação da alma carioca: a alegria contagiante. O trabalho apresentado nas páginas a seguir é um convite ao passeio pelo Rio de Estácio de Sá, de Dom João VI, de Pereira Passos e seu Bota Abaixo, e de Carlos Lacerda, importantes benfeitores que impulsionaram o desenvolvimento da cidade em prol da modernidade para a época. Também ganha destaque a atuação da Companhia de Jesus, importante ordem religiosa desbravadora da cidade. A publicação é também um brinde à exuberante natureza que encanta moradores e turistas por tantos séculos e à arquitetura, que, graças à preservação, é capaz de se manter ainda uma representante de marcos históricos. Nesta edição, estão contempladas as avenidas que abriram o caminho para integração entre as diversas partes da cidade, entre elas o subúrbio retratado por tantos autores, lugar que abriga boa parte dos costumes que compõem a identidade carioca, como o samba e o futebol. Boa leitura!

Julia Cruz
Editora

Expediente

COMUNICAR: Coordenador-Geral: Prof. Miguel Pereira. Coordenador-Geral Interino: Prof. Cesar Romero Jacob. Coordenadora-Adjunta: Prof^a. Julia Cruz. Coordenadora-Administrativa: Rita Luquini. REVISTA: Jornalista Responsável e Editora: Prof^a. Julia Cruz (MTE 19.374). Subeditora e Chefe de Reportagem: Prof^a Adriana Ferreira. Projeto Gráfico e Diagramação: Prof^a. Mariana Eiras. Fotografia: Prof. Weiler Finamore Filho. Ilustração: Prof. Diogo Maduell. Colaboração: Rocélia Santos. Anúncios produzidos pela Agência.Com. Endereço: Rua Marquês de S. Vicente, 225, S/401-K, 22451-900, Gávea, RJ. Telefone: 3527-1140. E-mail: impresso.comunicar@puc-rio.br.



Vice-Reitoria para
Assuntos Comunitários

PROJETO
COMUNICAR

Sumário

6 Cenários da história carioca

Após séculos de urbanização, As paisagens naturais do Rio de Janeiro carregam marcas da história brasileira



12 Viagem arquitetônica

Como diferentes estilos e projetos de urbanismo construíram o visual da cidade que conhecemos atualmente

20 Impressões concretas

Quatro personagens de destaque na história política da cidade foram responsáveis por construir o Rio de hoje

26 Além da catequese

Mais que evangelizar, o auxílio dos jesuítas na colonização do Rio de Janeiro fomentou a economia, as artes e o ensino



30 Século em movimento

Um dos séculos mais agitados da história do Rio de Janeiro provocou mudanças políticas, econômicas e infraestruturais

36 Palco revolucionário

Ao longo do século XX e no início do XXI, o Rio de Janeiro foi o cenário de manifestações de grande peso político

38 Imponentes senhoras

Três avenidas que desenharam o percurso do desenvolvimento da cidade



44 No embalo do trem

Reforma de Pereira Passos impulsiona a ocupação nas periferias. O crescimento do subúrbio gera nova identidade carioca

48 Carioca da Gema

Descontração e irreverência: características presentes no cotidiano dos que moram no Rio



Cenários da história carioca

APÓS SÉCULOS DE URBANIZAÇÃO, AS PAISAGENS NATURAIS DO RIO
DE JANEIRO CARREGAM MARCAS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Textos **Bárbara Baião, Rafael Chimelli e Rayanderson Guerra**
Fotos **Matheus Salgado e Pedro Myguel Vieira**



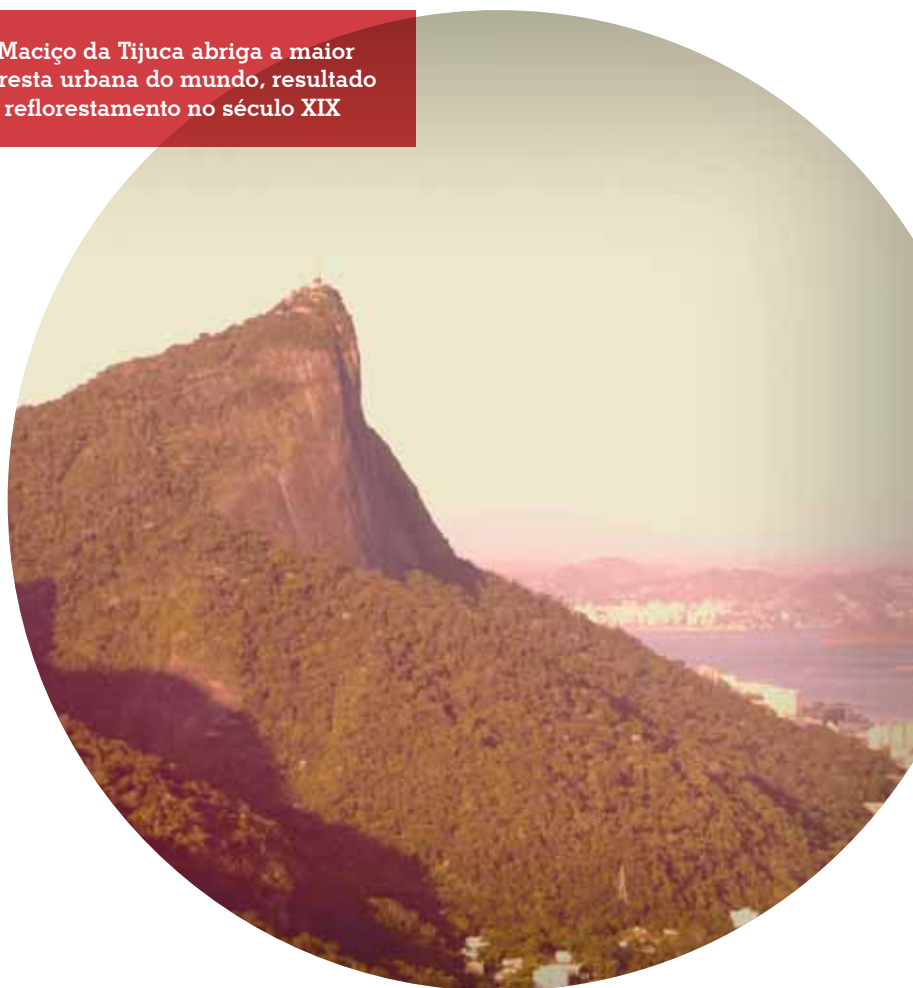
Entre montanhas e o mar foi fundada, em 1565, por Estácio de Sá, a São Sebastião do Rio de Janeiro. A cidade de belas praias, clima tropical e vegetação abundante, habitada pelos índios Tamoios, conquistava os exploradores que entravam pela Baía de Guanabara. Coberta por Mata Atlântica, a cidade das lagoas, rios e montanhas à beira-mar tem em cada cenário natural marcas da história do Brasil. Após 450 anos de urbanização e crescimento demográfico, a paisagem foi modificada, mas ainda mantém o mesmo encanto do descobrimento.

O município reúne três ecossistemas associados predominantes do bioma da Mata Atlântica: no litoral e entorno os manguezais, elementos da restinga e, no interior, a floresta tropical. Segundo o Reitor da PUC-Rio, padre Josafá Carlos de Siqueira, S.J., doutor em ciências biológicas, a diversidade ecossistêmica de fauna e flora da cidade enriquecem a paisagem natural e garantem a multiplicidade biológica.

- A cidade é um espaço ambiental extremamente rico e diversificado, composto por ecossistemas com grande pluralidade de espécies. A Mata Atlântica está presente nos relevos montanhosos da cidade e tem uma característica ímpar de abrigar fauna e flora singulares. Faixas de restinga e manguezal também são encontradas no Rio e têm características igualmente ricas e importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental.

Lagoa Rodrigo de Freitas, originalmente chamada Sacupenapã, era cercada por manguezais e brejos

O Maciço da Tijuca abriga a maior floresta urbana do mundo, resultado do reflorestamento no século XIX



As praias do litoral carioca são compostas por ecossistemas marinhos ricos em diversidade de espécies da fauna oceânica. Já os manguezais, presentes nas margens de lagoas e baías, são um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, e resistentes ao fluxo da maré. O biólogo Mario Moscatelli ressalta a importância dos ecossistemas costeiros associados pela abundância de água e diversidade de espécies.

- A existência dos ecossistemas costeiros em uma área geográfica reduzida, com variedade de altitude, nas planícies costei-

ras e maciços, e proximidade ao mar, nas lagoas, baías e praias oceânicas, geravam uma variedade de ambientes que refletiam em sua variadíssima fauna e flora.

Segundo dados de 2010 da Secretaria Municipal do Meio Ambiente sobre o levantamento da Mata Atlântica, no Rio de Janeiro, ainda há 28,9% da Mata Atlântica nativa no município. Os ecossistemas que mais sofrem com o desmatamento são a restinga e o mangue. De acordo com os dados, os ecossistemas correspondem a apenas 4,4% da área do município.

O aumento da degradação e a perda de partes da vegetação

nativa começou na colonização e urbanização da cidade. Em 1808, quando a Família Real Portuguesa desembarcou em Salvador, o Brasil, até então colônia extrativista, que abastecia Portugal com ouro, cana de açúcar e fumo, tinha vasto território virgem.

O crescimento populacional no Rio, após a instalação da corte, em 1808, elevou a necessidade de alimentos para fixar as pessoas na região. O aumento do consumo, segundo a professora Rejan Rodrigues Guedes Bruni, coordenadora do curso de graduação em Ciências Biológicas da PUC-Rio, e a urbanização crescente causou a supressão de parte da vegetação original da cidade. A população que ocupava as margens da Baía de Guanabara, área da

atual Praça Quinze de Novembro, acabou se deslocando para as regiões centrais, em direção ao Maciço da Tijuca. O trajeto de ocupação do território avançou entre florestas de baixada e áreas de manguezal.

– Havia locais de predomínio da floresta de baixada encharcada, com muitas espécies típicas da Mata Atlântica e, na região da Praça Onze, antiga zona de metrício, os manguezais, por isso a região era chamada de mangue, em alusão à vegetação original do local. Para fixar essa população foi necessário produzir açúcar e carne em grandes fazendas ao redor da Baía de Guanabara. Quando analisamos a história de ocupação da Mata Atlântica no Rio, constatamos que a faixa de vegetação de baixada serviu para a urbanização

da cidade e para produção de insumos – explica Rejan.

Ponto de entrada dos exploradores portugueses, no século XVI, e de desembarque da Família Real portuguesa, três séculos depois, a Baía de Guanabara de águas límpidas, vegetação exuberante e enseadas de areia branca, retrato de um paraíso tropical, sofreu com o processo de ocupação e, mais tarde, de urbanização. Historicamente, o cartão postal, que abriga ecossistemas como os mangues, os brejos, elementos de restinga e costões rochosos, sempre fascinou visitantes e moradores da cidade pelas belezas naturais.

A Baía de Guanabara tem atualmente 377 quilômetros quadrados de área e cerca de 3 bilhões de metros cúbicos. Os rios que

Baía de Guanabara, ponto de entrada dos portugueses no século XVI, sofreu com o processo de ocupação



desaguam no espelho d'água da baía nascem na Serra do Mar, cadeia montanhosa que se estende por aproximadamente 1.500 quilômetros, entre o Rio de Janeiro e o norte de Santa Catarina, coberta por Mata Atlântica.

Morros e montanhas formam as serras e maciços que encontram com o mar. O contraste entre as formações e o oceano cria cenários únicos, com formações de lagoas e enseadas nos vales e baixadas. Apesar da pequena extensão territorial, de cerca de 1.200 quilômetros quadrados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio tem grande concentração de montanhas.

A chegada da Família Real ao Brasil, entretanto, não ficou restrita à devastação do meio ambiente, posteriormente, representou avanços nos estudos de botânica do Rio de Janeiro. O Jardim Botânico, iniciativa de Dom João VI, foi fundado em 1808 e, inicialmente, tinha como principal objetivo fazer experiências e cultivar plantas que gerassem retorno econômico. Em 1890, o botânico João Barbosa Rodrigues assumiu a direção do parque e inaugurou o herbário, a biblioteca e o museu, impulsionando a pesquisa científica.

– O Jardim Botânico é a primeira grande instituição científica do Brasil. O objetivo foi criar um espaço de acondicionamento de plantas exóticas que tivessem interesse econômico. Trazer as belezas naturais para os centros das cidades é uma concepção moderna e contemporânea ao tratar as questões de preservação da biodiversidade – diz Rejan.

Dom Pedro II manteve as iniciativas de preservação do meio ambiente, implementadas pelo avô, Dom João VI. A Floresta da Tijuca foi devastada pelas plan-

Imperatriz cientista

Amante da botânica e da mineralogia, a Imperatriz Leopoldina de Habsburgo, primeira mulher de Dom Pedro I, foi pioneira na Corte Portuguesa ao perceber a diversidade da natureza do Rio de Janeiro. Com a comitiva que trouxe a austríaca para o Brasil, em 1817, veio uma expedição científica, patrocinada pelo pai de Leopoldina, o imperador da Áustria, Francisco II. A ideia era incentivar o estudo do meio ambiente na colônia. O trabalho contribuiu para acervos de museus da Europa e embasou documentos sobre a fauna e flora brasileira.

A própria imperatriz se encarregou do envio de aves e amostras de minerais para cortes europeias. A educação refinada que recebeu ainda sob o título de arquiduquesa do império austríaco contribuiu para que acumulasse vasto conhecimento sobre o assunto. O envolvimento de Leopoldina na coleta, armazenamento e estudo de sua coleção permite classificá-la como a primeira museóloga do país.

Na exposição Leopoldina, a Imperatriz do Brasil, montada no Museu Histórico Nacional, no Centro, havia uma sala dedicada ao interesse científico da imperatriz. As mais de mil cartas que escreveu ao longo da vida foram o fio condutor da mostra e revelam, entre outros assuntos, indagações de Leopoldina sobre seus estudos. Para a historiadora Solange Godoy, curadora da exposição, a vinda da austríaca para o Brasil foi fundamental para incentivar pesquisas no campo das ciências naturais.

– Podemos dizer que a biodiversidade brasileira começou a ser decifrada a partir do interesse da imperatriz. Até o processo de abertura dos portos, a riqueza natural do Brasil era uma interrogação para o mundo. A expedição científica que veio com a chegada de Leopoldina foi um grande avanço nesse sentido.

Além do meio ambiente, o esforço para compreender o panorama político do Brasil são duas vertentes que caracterizam a imperatriz. Para a historiadora, a infância vivida em uma Europa tumultuada por guerras napoleônicas foi crucial para fazer de Leopoldina uma mulher atenta às questões de seu tempo.

As praias do Rio foram porta de entrada para colonizadores. Hoje, são locais de lazer da cidade



Mares da história

Além de terem sido a porta de entrada para os portugueses, e sediarem as batalhas contra navios franceses no período colonial, as praias do Rio de Janeiro apresentam ainda como característica uma geografia diferente das outras do litoral brasileiro. A proximidade da Serra do Mar permitiu que as 43 praias cariocas, segundo o Inea, repousassem entre afloramentos rochosos. Eles servem de âncoras que encapsulam parte do oceano, como ocorre, por exemplo, em Copacabana e no Leblon.

O fenômeno da ressurgência é outra peculiaridade que interfere na costa. Durante o verão, na Região dos Lagos, as águas geladas das profundezas sobem para a superfície e os ventos vindos de Leste levam a correnteza fria para a capital. Mas não foi o que aconteceu em 2015. Segundo o vice-presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, o oceanógrafo David Zee, neste ano, os ventos sopraram de outras direções.

— Neste último verão houve um fenômeno novo, porque não soprou muito vento de Leste, não teve muito aflo-

ramento das águas profundas. E sim mais ventos de Sul e Sudeste. Eles arrastaram as águas superficiais de alto mar de encontro ao litoral do Rio, trazendo essas águas roxas e limpas. E o litoral do Rio ficou com águas límpidas e quentes, o que não é comum nesta época do ano — destaca Zee.

O oceanógrafo ainda ressalta que muito precisa ser feito para despoluir partes do litoral, que foram fonte de riqueza durante muitos anos. No século XVII, a cidade aproveitava os recursos da Baía de Guanabara, onde as baleias eram numerosas entre junho e agosto. Para ele, no caso da Baía, o principal problema é a falta de continuidade nos projetos implantados pelos governantes.

— É preciso ter uma continuidade e uma estratégia única que todos têm que combinar e seguir. Liderança e a continuidade dela são os principais para a eficiência da recuperação da Baía de Guanabara. Não só trocar as metodologias, as tecnologias, mas também os governantes. Sempre há um recomeço de programa de despoluição a cada governo que se troca — alerta Zee.

tações de café, ocupações desordenadas e a extração de madeira, desde a chegada da comitiva real. Diante da situação, o Imperador do Brasil ordenou, em 1861, que as áreas de ocupação fossem desapropriadas e determinou o início do processo de reflorestamento da região, comandado pelo Major Manuel Gomes Archer.

A decisão contribuiu para conservar espécies de fauna e flora e regenerar a vegetação. Para a supervisora de pesquisa do Arquivo Nacional, Cláudia Heynemann, escritora do livro *Floresta da Tijuca, Natureza e Civilização*, de 1995, o reflorestamento está relacionado à atribuição de valor à Floresta, pela elite da época da colonização. A Floresta da Tijuca passou a ser vista como um ambiente de distinção, um lugar de saúde e de clima ameno, em que os mais ricos passavam os verões.

– Embora se associe à obra do reflorestamento à falta d'água no Rio de Janeiro, o problema era a distribuição. No fim do século XIX, Paulo de Frontin se comprometeu a buscar água no Tinguá e resolver a crise do abastecimento, e fez isso. O reflorestamento não está ligado somente à preservação dos mananciais, havia uma atribuição de valor ao ambiente da Floresta.

Estimava-se que tenham sido plantadas cerca de 80 mil mudas de árvores nativas e exóticas na região da Floresta da Tijuca sob o comando do Major Archer. Em 1961, foi criado o Parque Nacional da Tijuca, em uma área de 3.953 hectares, o correspondente a 3,5% da área do município. O Parque é composto pelas áreas da Floresta da Tijuca, Serra da Carioca, Pedra Bonita e da Gávea, Pretos Forros e Covanca.

Bem perto da Floresta da Tijuca está outro cartão postal

natural, envolvido pelos bairros Ipanema, Gávea, Leblon, Copacabana e Jardim Botânico: a Lagoa Rodrigo de Freitas, originalmente chamada de Sacopenapã, pelos índios Tamoios. De acordo com Moscatelli, a Lagoa já foi cercada por manguezais, brejos e vegetação de restinga. A urbanização e os aterros devastaram a maior parte da vegetação original, tanto que há uma suspeita de que, antes, o espelho d'água era o dobro do tamanho atual, que é de cerca de 2,5 mil quilômetros quadrados.

– Assim como a Baía de Guanabara, a Lagoa também foi transformada em latrina pelo cresci-

“A cidade é um espaço ambiental extremamente rico e diverso”

Padre Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

mento urbano, situação alterada apenas há poucos anos, quando as mortandades do início do século geraram uma reação da sociedade, o que obrigou a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae) a conduzir o esgoto, gerado na periferia, ao emissário de Ipanema. Após essa mobilização, os peixes pararam de morrer.

Moscatelli classifica a Lagoa como uma das áreas que serão utilizadas como praças olímpicas, que atualmente está em melhor condição ambiental. Para o biólogo, a Lagoa necessita, por ser um ecossistema naturalmente delicado, de monitoramento ambiental permanente das condições físico-químico e biológicas, ações de monitoramento e fiscalizações

que inviabilizem qualquer lançamento de esgoto.

A beleza paisagística da cidade é ainda enriquecida pelo Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, conhecido como Aterro do Flamengo. Com projeto arquitetônico e urbanístico do arquiteto Affonso Eduardo Reidy e projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, o Aterro do Flamengo foi idealizado pela arquiteta e paisagista autodidata Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, a Lota. A concepção do Parque ocorreu entre 1954 e 1959 com o objetivo inicial de construir vias expressas, que ligariam a Zona Sul e o Centro. No entanto, por influência de Lota Macedo, foram construídas duas vias e um parque com áreas de lazer e extensa área verde.

As obras começaram em 1961, entre o Aeroporto Santos Dumont e a enseada de Botafogo, com material do desmonte do Morro de Santo Antônio. O parque foi inaugurado em 1965, com 1 milhão e 200 mil metros quadrados de área verde à beira-mar e representações de todos os ecossistemas brasileiros na flora. Aterrar parte do mar para criar um parque pode parecer, à primeira vista, prejudicial ao meio ambiente, porém, padre Josafá explica que os ganhos em diversidade de espécies da flora e paisagísticos para o município foram significativos.

– Quem vê a paisagem do antes e depois do Aterro do Flamengo vê a diferença. Por mais que o mar tenha sofrido certo recuo, do ponto de vista paisagístico e da diversidade biológica, aquela área foi extremamente enriquecida. Burle Marx teve a ideia de construir uma área com espécies de plantas internacionais e nacionais. O Aterro é um dos trunfos da cidade.

Viagem arquitetônica

COMO DIFERENTES ESTILOS E PROJETOS DE
URBANISMO CONSTRUÍRAM O VISUAL DA CIDADE
QUE CONHECEMOS ATUALMENTE

Texto **Alessandra Monnerat**

Fotos **Gabriela Doria, Pedro Myguel Vieira e Weiler Filho**



A fachada da Igreja do Mosteiro de São Bento foi concluída em 1641 com duas torres e um frontão triangular

“**N**ão mais que uma cerca de pau-a-pique e casas de palha”. Em 1565, essa era a aparência que tinha a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, segundo descrição do Provincial da Companhia de Jesus no final do século XVI, padre Pero Rodrigues. Fundado por Estácio de Sá em uma estreita faixa de areia entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, o Rio apresenta hoje muito mais do que as casas de palha do passado. De monumentos religiosos do período colonial a exemplares prédios modernistas, a cidade reúne um rico legado arquitetônico, que ajuda a contar a história desses 450 anos.

Capital do Brasil por quase dois séculos, o Rio se tornaria um depósito de exemplos da arquitetura de vários períodos. Caso raro, segundo o coordenador da pós-graduação em História da Arte e Arquitetura no Brasil da PUC-Rio, João Masao Kamita.

– O Rio tem uma série de obras que marcaram a história da arquitetura. Não existe uma área histórica de arquitetura colonial concentrada, por exemplo. Mas existe um conjunto de vários momentos da história, algo raro de encontrar em outras cidades.

Reunir um patrimônio cultural tão rico provou-se um gran-



O Aqueduto da Carioca foi uma das maiores construções civis do período colonial: levava água de Santa Teresa à Praça XV

de desafio para a história carioca. Em diferentes períodos da urbanização da cidade, a especulação imobiliária e os interesses econômicos dificultaram o equilíbrio entre a preservação de monumentos arquitetônicos e o crescimento de empreendimentos prediais. Segundo o professor Alfredo Brito, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, um dos exemplos mais marcantes de perdas para o conjunto da paisagem urbana do Rio foi justamente o coração das primeiras ocupações da cidade: o Morro do Castelo, cujo desmonte começou em 1922.

– A derrubada do Morro do Castelo é contraditória. É uma perda para o Rio de Janeiro porque uma das características negativas foi a perda dos pontos de sua origem, a Cidade Velha, na região da Praia Vermelha, e o morro do Castelo. As edificações que existiam na constituição original do Rio foram destruídas. Eram elementos fundamentais para se entender a história da cidade.

O Morro do Castelo foi escolhido como o segundo núcleo da

cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro depois que invasores franceses foram expulsos em janeiro de 1567. O então governador-geral, Mem de Sá, transferiu a ocupação do sobrinho Estácio, morto em batalha, para um lugar estrategicamente mais seguro, elevado e mais longe da baía.

No morro, as edificações seguiram a tradição de cidades medievais portuguesas. No primeiro século, os destaques eram os monumentos religiosos: o Colégio dos Jesuítas e a Fortaleza do Castelo, ambos de 1567, a Igreja da Sé, de 1588, que ficavam no topo da elevação. Hoje, o que sobra desse conjunto é a Ladeira da Misericórdia, que termina em aproximadamente um terço da antiga rua. O casario do morro descia por vielas em direção aos lugares mais planos, como explica o arquiteto Augusto Ivan Pinheiro, assessor estratégico e de legado da Empresa Olímpica Municipal.

– A cidade logo que subiu no morro começou a descer em direção ao que chamamos de várzea. Ali, na Praça XV, surgiu a Rua

Direita, que hoje é a Rua Primeiro de Março, a mais antiga que a cidade tem.

Atualmente, a Rua Primeiro de Março apresenta uma configuração muito parecida com a da época. Ela ligava os morros onde havia as construções jesuítas, no Castelo, e as beneditinas, no São Bento, que existem até hoje. Além dessas congregações, havia ainda a dos franciscanos, que também escolheram um morro para se instalar: o de Santo Antônio, no Largo da Carioca.

Igrejas como a do Mosteiro de São Bento, na Praça Mauá, de 1641; a do Carmo, na Rua Primeiro de Março, de 1761; e a da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no Largo da Carioca, de 1748, formam um dos conjuntos mais representativos da época da colonização. As fachadas, simples, contrastavam com os interiores barrocos riquíssimos com detalhes em talha dourada.

No caminho da Rua Primeiro de Março está uma das construções mais proeminentes do período colonial: o Paço Impe-

rial, de 1743, na época Casa dos Vice-Reis e, posteriormente, de Governadores. O prédio do engenheiro militar português José Fernandes Pinto Alpoim que, além do palácio, desenhou também o Arco do Teles, de 1743, do outro lado da Praça XV.

Naquele local se reuniria boa parte da história da cidade na época. Um porto importante seria preservado como cais de acesso. Mas o então Largo do Paço também receberia obras de engenharia definidoras, realizadas pelo vice-rei Dom Luís de Vasconce-

los e Souza, inspiradas no Rossio de Lisboa. A mais importante foi a canalização da água, que vinha do Morro de Santa Teresa, descia pelo Aqueduto da Carioca (os populares Arcos da Lapa) e chegava até o Chafariz do Mestre Valentim, inaugurado em 1789, e que existe até hoje.

- A água foi tão importante quanto os trens e os bondes no desenvolvimento da cidade. Sem água, ficou todo mundo apertadinho. Quando se pôde canalizar a água, com obras de engenharia como o chafariz do Mestre Valen-

tim e o Aqueduto da Carioca, a cidade pôde se expandir com mais facilidade. O século XVIII é o momento dos chafarizes - resume Augusto Ivan.

As obras mais importantes relacionadas à água são o Aqueduto, de 1725, a maior construção de período colonial, feita inicialmente com canos de ferro e depois refeito com pedra, cal e barro. São 18 metros de altura e 270 metros de extensão. Existem ainda o Chafariz da Glória, de 1772; o Chafariz do Lagarto, de 1786, na Cidade Nova; o Chafariz de Pau-



“A ocupação é uma espécie de mapa em que você pode ler a cidade”

João Masao Kamita

Casa França-Brasil, de Grandjean de Montigny, é primeiro registro do neoclássico no Brasil



lo Fernandes Viana, de 1817, no Centro. Todos eles ainda de pé.

Mas apesar das obras de engenharia, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade pequena, limitada pelos quatro morros que definiram a ocupação inicial. Ao Norte, ficavam os morros de São Bento e da Conceição, e ao Sul, os do Castelo e Santo Antônio. A restrição também era arquitetônica: nas casas, a clausura das mulheres portuguesas da época podia ser vista pelo uso de treliças muxarabi, que permitiam às senhoras presas no interior observarem a rua e, ao mesmo tempo, se refrescarem com o vento de fora. Mas tudo isso mudaria com a chegada da Família Real à cidade, em 1808.

– Quando os portugueses chegaram, eles ficaram estarecidos, achando que aqui era uma “mouraria”. Paulo Fernandes Viana, chefe da polícia e engenheiro militar, é quem vai cuidar da infraestrutura para acomodar a corte – esclarece Augusto Ivan.

Mais do que leis que regulamentavam novas construções e posturas municipais, Dom João VI também trouxe consigo um número de pessoas que girava em torno de 15 mil. Toda essa gente, desabrigada, precisava de um lugar para morar. É aí que entra o papel do Aposentador Real, que designava as residências que os brasileiros deveriam desocupar para dar lugar aos recém-chegados portugueses. O próprio príncipe regente não tinha uma casa para chamar de sua.

A Quinta da Boa Vista, que seria residência da Família Real até 1889, era em 1808 o lar do comerciante português Elias Antônio Lopes, e considerada a melhor casa da região. Elias logo se adiantou para entregar o lugar a Dom João e, assim, obter os favores do regente português. A casa

seria reformada pelo arquiteto inglês John Johnston e ganharia o estilo neoclássico, baseada na obra então inacabada do Paço D’Ajuda, em Lisboa.

Além das importantes construções erguidas pela Família Real, a contribuição mais significativa que a corte trouxe para a arquitetura da época foi o estabelecimento de um estilo formal. O neoclássico era centrado nas linhas da Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1826, em consequência da chegada da Missão Artística Francesa, em 1816. Augusto Ivan diz que este é um momento definidor para a arquitetura da cidade.

– O século XIX vai encontrar uma cidade mais crescida do que foi o século XVIII. O estilo vai mudar. A arquitetura neoclássica vai ganhar muita força no Brasil, vinda da Europa. Gradativamente, a arquitetura neoclássica vai mudar a cara da cidade. É uma arquitetura mais elaborada, que se aprende na escola. Não é espontânea como a colonial, que é quase artesanal. A neoclássica, não, é introduzida com a chancela do arquiteto mais famoso depois do Mestre Valentim, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny.

A Academia Imperial de Belas Artes seria a primeira escola de arquitetura no Brasil, e funcionava em um prédio projetado por Grandjean de Montigny. A obra, porém, foi demolida no século XX e hoje o terreno abriga um estacionamento. O portal neoclássico do prédio foi preservado e fica no final da alameda de palmeiras imperiais do Jardim Botânico. Grandjean faria do Brasil sua casa, e fixaria residência na Gávea, em uma mansão neoclássica que ainda hoje pode ser visitada no campus da PUC-Rio. Mas a obra mais importante do arquiteto é a Casa França-Brasil, então o

edifício da Alfândega, erguido em 1820 e o primeiro registro do estilo neoclássico no Brasil.

Herança dessa época também é o novo cuidado com o espaço público, observado na reforma do Passeio Público, feita em 1864 pelo paisagista francês Auguste Glaziou, que também projetou o Campo de Santana, inaugurado em 1880, ambos em estilo romântico. A planta da cidade também mudaria radicalmente. O porto seria transferido da Praça XV para o Cais do Valongo, para esconder as atividades negreiras. O Rio se expande para dois polos opostos: São Cristóvão, lar do príncipe regente, e Botafogo, onde D. Carlota Joaquina escolheu se assentar. O professor Kamita explica que o crescimento da ocupação da cidade pode ser lido conforme o momento arquitetônico de cada prédio.

– A ocupação é uma espécie de mapa, que você pode ir lendo a cidade, atravessando os bairros, para entender tempos diferentes. São Cristóvão, em um certo momento, quando Dom João VI achou que ali seria um lugar ideal para construir seu palácio, floresceu a parte imperial, com alguns palacetes enormes. Mas a própria elite não quis ir para lá, foi para o outro lado, onde Carlota Joaquina escolheu, que era o balneário, as praias do Sul. Ali nasceram as chácaras. São Cristóvão, que era imperial, logo depois foi abandonado e virou um bairro industrial.

O século XIX será o momento dos palácios no Rio de Janeiro. Mudanças trazidas pela Família Real e pela opulência da produção de café incentivaram a construção de palacetes no Catete, como o Palácio do Catete, de 1867, e, no Centro, o Palácio do Itamaraty, de 1854. A chegada de novas riquezas traz também outras pessoas, e o caráter cosmopolita que a cida-

de começa a aparentar culmina em um novo estilo de arquitetura no fim do século: o ecletismo, ainda muito presente na paisagem carioca, segundo o professor Kamita.

– Aqui talvez seja um dos lugares que mais tem essa arquitetura de virada do século XIX para o XX, chamada de Ecletismo. A Belle Époque está lá. A Praça Paris, na Glória, foi meio esquecida, mas ainda está lá.

O termo eclético, como o próprio nome sugere, se refere à livre escolha de elementos arquitetônicos de diferentes origens e períodos do passado, que se combinam originando um novo estilo. A abóbada renascentista, a ogiva gótica, as colunas romanas, todas se jun-

“Temos que conhecer a cidade, para uma relação amorosa”

Alfredo Britto

tam para criar um efeito de grandiosidade e riqueza. Essa aparência seria uma importante ferramenta para refletir o momento da cidade na virada de século, em que começava a surgir planos como o do prefeito Pereira Passos, em 1903.

Inspirado pela reforma urbana de Paris, capitaneada em 1853 pelo Barão Georges-Eugène de Haussmann, Pereira Passos derrubou cortiços, eliminou ruas estreitas medievais e abriu um grande boulevard, a Avenida Central. Engenheiro por formação, o prefeito aliou a reforma do centro da cidade à reforma sanitária comandada por Oswaldo Cruz. O objetivo era moldar o

Rio à imagem de Paris e inserir a cidade em um contexto mundial das cidades cosmopolitas.

Herança dessa época é o complexo da Cinelândia, onde se concentram prédios ecléticos de grande importância, como a nova sede da Biblioteca Nacional, de 1910, o Theatro Municipal, de 1909, o Museu Nacional de Belas Artes, de 1908, e o Palácio Pedro Ernesto, de 1923, onde atualmente funciona a Câmara dos Vereadores. As construções evocavam similares parisienses e incorporavam influências diversas, como notado no Salão Assyrius do Municipal. Todos os prédios ao redor da Praça Floriano Peixoto ainda estão preservados e em uso, com uma exceção importante: o Palácio Monroe, de 1906, demolido em 1976 sob circunstâncias até hoje pouco esclarecidas.

A onda de transformações urbanísticas continuaria nas décadas seguintes. No final da década de 1920, o prefeito Antônio Prado Júnior encomendou ao arquiteto francês Alfred Agache um plano de renovação urbana, que lançou a ideia de grandes vias de ligação na cidade, além de medidas de contenção de enchentes e o primeiro plano do metrô. Na década de 1930, o prefeito Pedro Ernesto promoveria mais obras públicas de saneamento. No início da década de 1940, o prefeito Henrique Dodsworth também faria transformações radicais na paisagem urbana ao abrir a Avenida Presidente Vargas e o Corte Cantagalo.

O próprio estilo arquitetônico da época também seguiria a tendência de transformações, com o surgimento do Modernismo, um movimento que combateria muito o Ecletismo. Em 1945, o prédio do Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio Gustavo Capanema, incluiu o Rio de Janeiro na rota de cidades mundiais com um im-



O Chafariz da Pirâmide, de 1779, projetado por Mestre Valentim, recebia canalização do Açueduto da Carioca

portante patrimônio modernista, como afirma o professor Kamita.

– Aqui no Rio há obras de arquitetura moderna exemplares. A cidade tem um conjunto que faz com que todo mundo que quer entender a arquitetura moderna venha para cá, para ver os conjuntos residenciais Pedregulho e Marquês de São Vicente, e uma obra de caráter urbanístico e paisagístico fundamental que é o Aterro do Flamengo.

Na equipe que coordenou o projeto do Palácio Capanema estão nomes que entrariam para o panteão da arquitetura moderna brasileira, como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Affonso Reidy e o

paisagista Roberto Burle Marx. Os brasileiros foram assessorados pelo franco-suíço Le Corbusier, que deixou na construção as marcas dos seus Cinco Pontos para a Nova Arquitetura: a construção sobre pilotis, o terraço-jardim, a planta e a fachada livres de estruturas e as janelas em fita, cobrindo toda a fachada. Esses elementos buscavam construir uma relação entre os jardins, a arquitetura e a paisagem circundante.

O prédio é tão marcante na história da arquitetura brasileira que ganhou, à época, um poema-homenagem de Vinicius de Moraes, publicado no jornal carioca

Folha da Manhã, em dezembro de 1946, sob o nome *Azul e Branco*. Sobre os famosos painéis de azulejo, projetados para o andar térreo pelo pintor Candido Portinari, o poetinha escreve: “Concha e cavalo marinho/ Os ágeis sinuosos/ Que o raio de luz/ Cortando transforma/ Em claves de sol”.

Outras construções importantes continuariam a surgir nas décadas seguintes, como o Museu de Arte Moderna, assinado por Affonso Eduardo Reidy em 1954. Mas a arquitetura moderna no Rio seria definitivamente coroada na década de 1960, com uma obra grandiosa: o Parque do Aterro do Flamengo,

de 1965. O projeto era parte de uma série de transformações urbanas executadas no governo de Carlos Lacerda, segundo Britto.

– No governo Lacerda, ele faz uma grande obra de abastecimento de água, do Sistema Guandu. Foi uma obra para resolver o problema de abastecimento de água do Rio de Janeiro. E, sobretudo, ele criou o Aterro do Flamengo, que é uma das obras mais extraordinárias, um parque urbano à beira-mar. Um caso raro no mundo, de uma extensão grandiosa. E trouxe um grande benefício para a população do Rio de Janeiro.

Do arrasamento de parte do Morro de Santo Antônio, no centro, criou-se uma área aterrada

entre a Ponta do Calabouço, onde fica hoje o Museu Histórico Nacional, e a curva do Morro da Viúva. A arquiteta e paisagista autodidata Lota Macedo Soares criou uma equipe multidisciplinar, composta por nomes, como Reidy e Burle Marx, para desenhar um parque que combinasse a fruição das paisagens do Rio com melhores condições de lazer para os habitantes. O professor Kamita considera esta uma iniciativa exemplar.

– No primeiro momento, quando se vê aquela faixa disponível, querem construir edifícios administrativos, apartamentos... Mas resolveu se fazer um parque, com pistas que até hoje são muito estruturais para a cidade. Foi tão

bem concebido que ainda está bem dimensionado, não tem engarrafamento. E, simultaneamente, é um parque público dos mais frequentados hoje. E se achava que era incompatível fazer pistas de grande fluxo de velocidade com um parque. Mas o Aterro do Flamengo é diferente. Aquilo foi um exemplo de urbanismo e paisagismo.

Após os anos 1960, tudo mudaria no Rio de Janeiro. A começar pelo baque da perda da condição de capital para Brasília que afetou significativamente a cidade em termos econômicos. Além disso, o Golpe Militar, em 1964, marcaria o início de um período obscuro, em que o pós-modernismo, na arquitetura, seria quase inexistente

O Museu da Arte Moderna é uma das obras mais conhecidas do arquiteto Affonso Eduardo Reidy



nesse período. Segundo o professor Britto, foi um momento de forte perda do patrimônio do Rio.

– Passamos por um período de Ditadura Militar. A sociedade não podia se manifestar. A cidade, dirigida por um sistema autocrático de visão quase exclusivamente mercantil, teve seu solo muito utilizado para isso. Com isso, derrubou-se muito patrimônio que deveria permanecer, para ser substituído por investimentos imobiliários.

A situação foi contornada com a criação de instrumentos como as Áreas de Preservação do Ambiente Cultural (Apac) e de projetos como o Corredor Cultural. Hoje, a maioria do patrimônio do Rio está preservada. A partir dos anos 1990, o momento é de retomada na construção civil.

Augusto Ivan aponta a renovação da área portuária como um dos projetos de obras mais radical na cidade atualmente. Ele comenta que o projeto gerou iniciativas de desenvolvimento da economia local, como cursos profissionalizantes, para que os moradores permaneçam na área renovada. E diz que há obras de qualidade contemporâneas.

– É um fenômeno que está ocorrendo em escala muito grande. Há coisas de qualidade sendo feitas lá no Porto. Tem o Museu do Amanhã, que é um projeto do Santiago Calatrava, um arquiteto espanhol, importante. Tem o Museu de Arte do Rio, feito pela dupla Jacobsen e Bernardes. É uma bela ideia fazer um casamento de um prédio modernista com um prédio eclético através daquela cobertura meio ondulada que tem por cima. O Norman Foster, que é um dos mais importantes arquitetos do mundo, tem um projeto naquela área.

Segundo Britto, a arquitetura de hoje pode ser definida em uma palavra: coletividade. Para ele, a cidade do futuro será feita

não apenas pelos arquitetos, mas por todos os cidadãos. Para isso, é necessário evoluir a consciência urbana dos cariocas à medida que a democracia do país amadurece.

– O que caracteriza a arquitetura hoje é a transferência do pensamento dos arquitetos a favor da coletividade. Pensar que a arquitetura não pode ficar restrita a uma classe social privilegiada, resolver as soluções de ambientes

públicos e da população carente. A sociedade sempre olhou para o espaço público como sendo terra de ninguém. Mas a terra pública é de todos – você, eu, todos temos responsabilidade. Evoluímos, mas ainda somos muito imaturos em matéria de cultura urbana. Temos que conhecer primeiro a cidade para ter uma relação amorosa com ela. Recebemos da cidade, mas também temos que doar para ela.



Museu de Arte do Rio, projetado por Paulo Jacobsen e Claudio Bernardes, une prédios: um modernista e outro eclético

Impressões concretas

QUATRO PERSONAGENS DE DESTAQUE NA
HISTÓRIA POLÍTICA DA CIDADE FORAM
RESPONSÁVEIS POR CONSTRUIR O RIO DE HOJE

Textos **Alessandra Monnerat, Arthur Macedo, Julia Pimentel,
Leticia Gasparini, Rafael Chimelli e Tâmara Carvalho**
Fotos **Gabriela Doria e Pedro Myguel Vieira**



Da colonização portuguesa e invasões estrangeiras, passando pela fundação em 1º de março de 1565, até os dias atuais, a cidade do Rio de Janeiro funciona como o espelho nacional. Considerado o segundo maior município do Brasil e a sexto da América, o Rio é também o 35º mais populoso do mundo. Grande parte de todo o prestígio e dos vários títulos recebidos é fruto de esforço e empenho de alguns benfeitores. Eles contribuíram, cada um, com um olhar diferente sobre o Rio. Na retrospectiva desses 450 anos, é possí-

vel observar as diferentes fases da Cidade Maravilhosa. Segundo o professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio Cesar Romero Jacob, as benfeitorias foram realizadas em consequência das circunstâncias históricas em que se encontrava cada benfeitor. Para descrever o que foi construído e conquistado na história do Rio, é necessário falar de quatro personalidades: Estácio de Sá, Dom João VI, Pereira Passos e Carlos Lacerda. Juntos eles conseguiram transformar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no que ela é hoje.

Estácio de Sá

O primeiro governador-geral da capitania do Rio de Janeiro viveria apenas dois anos na cidade que fundou. Em 28 de fevereiro de 1565, Estácio de Sá aportou com uma grande esquadra na Baía de Guanabara para entrar definitivamente na história da cidade que fundaria no dia seguinte, em uma pequena praia entre os morros Pão de Açúcar e Cara de Cão. Nome de bairro, de universidade e de escola de samba, Estácio garantiria a presença portuguesa no Rio de Janeiro e lançaria os primeiros fundamentos de uma das cidades mais importantes da colônia brasileira.

Em 1555, os ocupantes da região do Rio de Janeiro falavam ou-

tra língua: o francês. Foi na Ilha de Villegagnon, que um grupo de Huguenotes, protestantes da França, escolheu para fundar a colônia da França Antártica. A região era de importância para corsários franceses em razão do lucrativo comércio de pau-brasil. Aliada aos índios tamoios que viviam na área, a colônia da França Antártica ameaçava os interesses portugueses. Segundo o professor Cesar Romero Jacob, houve um conflito de caráter político na história da fundação do Rio de Janeiro.

- Há uma disputa geopolítica entre França e Portugal pelo território que pertencia à colônia portuguesa. O nome Brasil veio muito tempo depois.

O terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, tio de Estácio, foi à região da França Antártica com o intuito de expulsar os invasores. Porém, a parceria com os índios locais ajudou a resistência francesa. Foi só em 15

de março de 1560 que Mem de Sá conseguiu atacar o Forte Coligny, na Ilha de Villegagnon, núcleo da ocupação invasora. Mas os franceses se refugiaram com os índios no interior e depois voltaram ao forte, deixado praticamente desocupado pelos lusitanos.

A notícia chegou à Coroa Portuguesa, que enviou Estácio para expulsar definitivamente os invasores e estabelecer a paz com os índios. O português chegou a Salvador em 1563, então com 43 anos. Ele era conhecido em Portugal como um grande militar, mas só conseguiu reunir uma força de ataque suficiente para retomar o domínio português na Baía de Guanabara em 1565, com a ajuda da Capitania de São Vicente, ao norte do Rio de Janeiro, e da Companhia de Jesus. Os padres jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta tiveram um papel especial ao convencerem os índios tamoios a firmarem uma aliança com os portugueses.

O Monumento a Estácio de Sá, de 1973, homenageia o fundador da cidade no Aterro do Flamengo

A fundação da cidade foi no dia 1º de março, após um forte combate contra os invasores. A data foi celebrada com uma missa aos pés do Pão de Açúcar, em homenagem ao padroeiro da conquista, São Sebastião. O local de fundação serviu como base de operações para Estácio, que construiu um pequeno forte na área. Segundo o professor de história Bruno Werner, aquele era o melhor lugar para estabelecer um povoado.

– Existem várias teorias sobre o local de fundação do Rio de Janeiro. Muita gente diz que é ali entre os morros, onde há um descampado, porque dá para formar um

povoado. Logo depois da expulsão dos franceses, esse lugar mudaria.

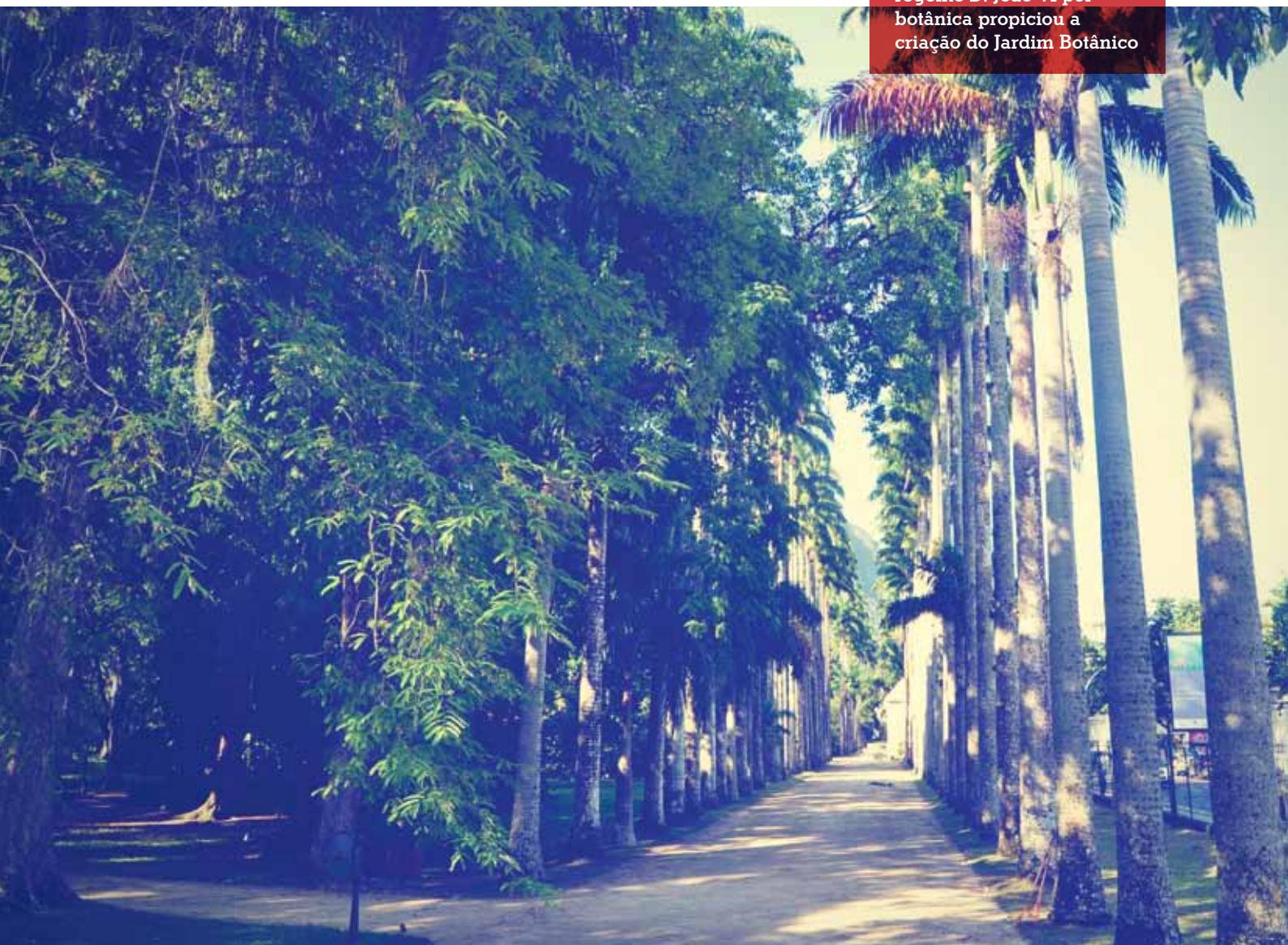
Nas primeiras batalhas, Estácio já obteve vitórias. Mas a guerra se prolongaria por outros dois anos. Em 20 de janeiro de 1567, uma esquadra capitaneada por Cristóvão de Barros chegou ao local da guerra, com reforços sob o comando de Mem de Sá. Foi nesse momento que ocorreram as batalhas-chave da conquista do Rio: a de Uruçu-Mirim, onde hoje é o Outeiro da Glória, e a da ilha de Paranapuã, atualmente Ilha do Governador.

Estácio, porém, não sobreviveria para ver seu objetivo cumprido: ferido por uma flecha indí-

gena na batalha de Uruçu-Mirim, o governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro morreu pouco tempo depois, no dia 20 de fevereiro. Seria seu tio, Mem de Sá, que transferiria a ocupação para o Morro do Castelo, um lugar estrategicamente mais seguro, onde a cidade começaria a florescer.

Atualmente, o fundador da cidade é lembrado em um monumento no Parque do Flamengo, próximo ao Morro da Viúva, projetado em 1973 por Lúcio Costa. Dali, são vistas a Enseada de Botafogo e o morro do Pão de Açúcar, belezas naturais que Estácio ajudou a manter sob domínio português.

O interesse do príncipe regente D. João VI por botânica propiciou a criação do Jardim Botânico



Dom João VI

Diz-se que, quando Carlota Joaquina estava prestes a ir embora do Rio de Janeiro para retornar a Portugal, ela tirou as sandálias e bateu contra um dos canhões da amurada do navio, e disse: “Tirei o último grão de poeira do Brasil dos meus pés. Afinal, vou para terra de gente!”. O fato é que no período em que D. João VI esteve no Rio, de 1808 a 1821, a cidade ganhou cultura e infraestrutura, desenvolveu-se economicamente e rumou para se tornar uma metrópole.

Ao chegar ao Rio, os portugueses se depararam com uma cidade atrasada e precária. D. João desejava criar uma corte com nobres e pessoas importantes na cidade. Era preciso estruturar o local para deixá-lo digno de ser sede da nova capital do reino, ou seja, transformá-lo em uma metrópole. O Rio passou a ser conhecido como Nova Lisboa.

Foram realizadas diversas construções durante o perí-

do em que a corte esteve aqui, como Jardim Botânico e Banco do Brasil. Ergueram-se escolas e fábricas e abriram-se estradas de ligação. Além disso, começou a ser construído o sistema de saneamento básico do Rio, e também se iniciou o acervo da atual Biblioteca Nacional com livros trazidos da Real Biblioteca de Lisboa.

O Paço Imperial foi a primeira residência da corte portuguesa no Rio. Depois, o Paço virou um prédio ligado à justiça do Reino, e D. João e a família foram morar na casa da Quinta da Boa Vista. O Arquiteto Glauco Campello foi responsável pela mais recente reforma do Paço Imperial. Segundo ele, a novidade da obra foi o fato de o edifício, diante da estrutura original que oferece, ser o comandante da obra, e não o arquiteto.

– O edifício, nas qualidades que tem, rege o processo de reestruturação que vai se concretizar.

Segundo o cientista político e professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio Cesar Romero, as ações do príncipe regente foram feitas de acordo com circunstâncias históricas.

– Durante o tempo em que D. João ficou aqui, o Rio passou por um processo de transformação, e ele preparou a cidade para ser a capital do Brasil. As obras do imperador português não ocorreram porque ele quis, mas, sim, diante das circunstâncias históricas que ele vivia naquele momento.

Mesmo que a Família Real tenha vindo por necessidade, o Brasil foi a moradia da corte por 12 anos. D. João viveu momentos importantes aqui. Inclusive, foi ele quem iniciou o hábito de frequentar as praias da cidade, naquela época, no morro da Urca. O legado deixado pelo Imperador de Portugal foi marcante. Ele conseguiu cumprir um dos objetivos da corte ao chegar aqui, transformar o Rio em uma metrópole.

Pereira Passos

Inspirado nos traços geométricos das ruas, nos jardins e parques charmosos de Paris, criados pela reforma promovida por Georges-Eugène Haussmann, o prefeito Francisco Pereira Passos planejou a transformação da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo? Suplantar o passado colonial-escravista e mostrar ao mundo que existia na capital do país uma sociedade

cosmopolita e moderna. Em apenas quatro anos, a metrópole, até então com feições do tempo do Império, se transformou.

Passos administrou o Rio de 1902 e 1906, nomeado pelo então presidente da República Rodrigues Alves. O convite, no entanto, só foi aceito com uma condição: plenos poderes para o prefeito. A ideia era acabar com

a imagem de que o Rio de Janeiro era uma cidade de condições anti-higiênicas, formada por ruas estreitas, com um casario colonial rodeado de animais e carroças.

As obras tinham como meta tanto a melhoria de infraestrutura quanto uma reestruturação estética para transformar a cidade em uma grande capital, com ares europeus. Para o presidente do

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sérgio Magalhães, a reforma de Pereira Passos foi o início de uma mudança de mentalidade.

– Desse conjunto de decisões de projetos da época de Pereira Passos, Rodrigues Alves e Lauro Muller, cuja alta qualidade arquitetônica é uma característica marcante, nasce uma condição nova para a cidade que passa a encantar todo mundo pela expressão do título de Cidade Maravilhosa – afirma.

Desde o início do mandato, Pereira Passos decretou diversos atos para acabar com antigos hábitos dos cariocas e iniciar uma nova disciplina na vida dos republicanos. Além das obras, estavam o veto às esmolas nas ruas, a extinção de cães abandonados, a proibição de quiosques e a venda de produtos por ambulantes.

Pereira Passos queria valorizar a região central da cidade com a demolição de imóveis e a consequente retirada da população de baixa renda que ali se concentrava – ação conhecida como Bota-Abaixo. Surgiu uma nova forma de habitação nessa época: as favelas. Com a demolição de um grande número de cortiços, a população pobre, que precisava viver perto do emprego, migrou para os morros, ocupando os morros da Providência, de Santo Antônio e de São Carlos.

Para garantir a conclusão das obras, em 1905, Pereira Passos tomou medidas repressivas, como mais desapropriações e demolições, além de criar um imposto para garantir a construção e manutenção de calçadas. No programa consta o uso de calçamento com asfalto, inexistente no país.

Dentre as obras mais importantes, Sérgio Magalhães destaca a construção da antiga Avenida Central, atual Avenida Rio



O Theatro Municipal, de 1905, é uma das obras erguidas durante o Plano de Pereira Passos, na Cinelândia

Branco, que surgiu com o objetivo de reunir os principais equipamentos de representação nacional. Para isso, Pereira Passos iniciou as obras do Theatro Municipal, da Escola Nacional de Belas Artes e do edifício do Congresso Nacional. Posteriormente, a Avenida Rio Branco passou a reunir a Biblioteca Nacional, a Câmara dos Vereadores, o Superior Tribunal Federal, Clube Militar e Clube Naval.

Houve outra obra fundamental nesse período para o incremento da economia: a construção do porto e a abertura das avenidas de acesso – a Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves, o que agilizou o processo de importação e exportação.

Pereira Passos também melhorou a acessibilidade da Zona Sul ao centro com a construção da Avenida Beira Mar e ainda contribuiu para mudar hábitos da população em relação ao mar, que, segundo Magalhães, era visto como algo sujo.

– A partir da consolidação das intervenções de Rodrigues Alves e Pereira Passos, é proibido restringir o acesso público ao mar no Brasil. A construção de rua entre o mar e as edificações é uma exigência legal brasileira. E isso não é algo singelo, é uma decisão que não ocorre em outros países, onde há muita praia privada – diz Sérgio Magalhães.

Carlos Lacerda

Nascido no Rio de Janeiro, em 1914, Carlos Lacerda destacou-se como governador do Estado da Guanabara de 1960 a 1965. Entre as principais contribuições de Lacerda para o desenvolvimento da cidade estão o Aterro do Flamengo, os túneis Rebouças e Santa Bárbara e a Estação de Tratamento de Água Guandu. Ele também universalizou o ensino primário e tornou o concurso público obrigatório, além de construir a Rodoviária Novo Rio. Nacionalmente, no entanto, não obteve o mesmo reconhecimento.

Nos anos 1930, enquanto jovem, Lacerda esteve ligado ao comunismo. Porém, nas décadas seguintes, ele se filiou à União Democrática Nacional (UDN), e era admirado pela classe média.

Lacerda fundou o jornal Tribuna da Imprensa, e ganhou o apelido de O Corvo, devido aos ataques que fazia ao então presidente do país, Getúlio Vargas.

O doutor em História Carlos Teles diz que Lacerda iniciou a transformação da ex-capital em um local de oportunidades.

– Ele desenvolveu um projeto de zonas industriais (Zona da Leopoldina), comerciais e serviços (Centro e Zona Sul) e residenciais (zonas Norte e Oeste), criando um perfil socioeconômico e estigmatizando essas áreas e seus moradores – relata Teles.

Para o professor Cesar Romero Jacob, o Rio de Janeiro precisava se reinventar.

– A cidade deixa de ser capital e precisava se renovar. Car-

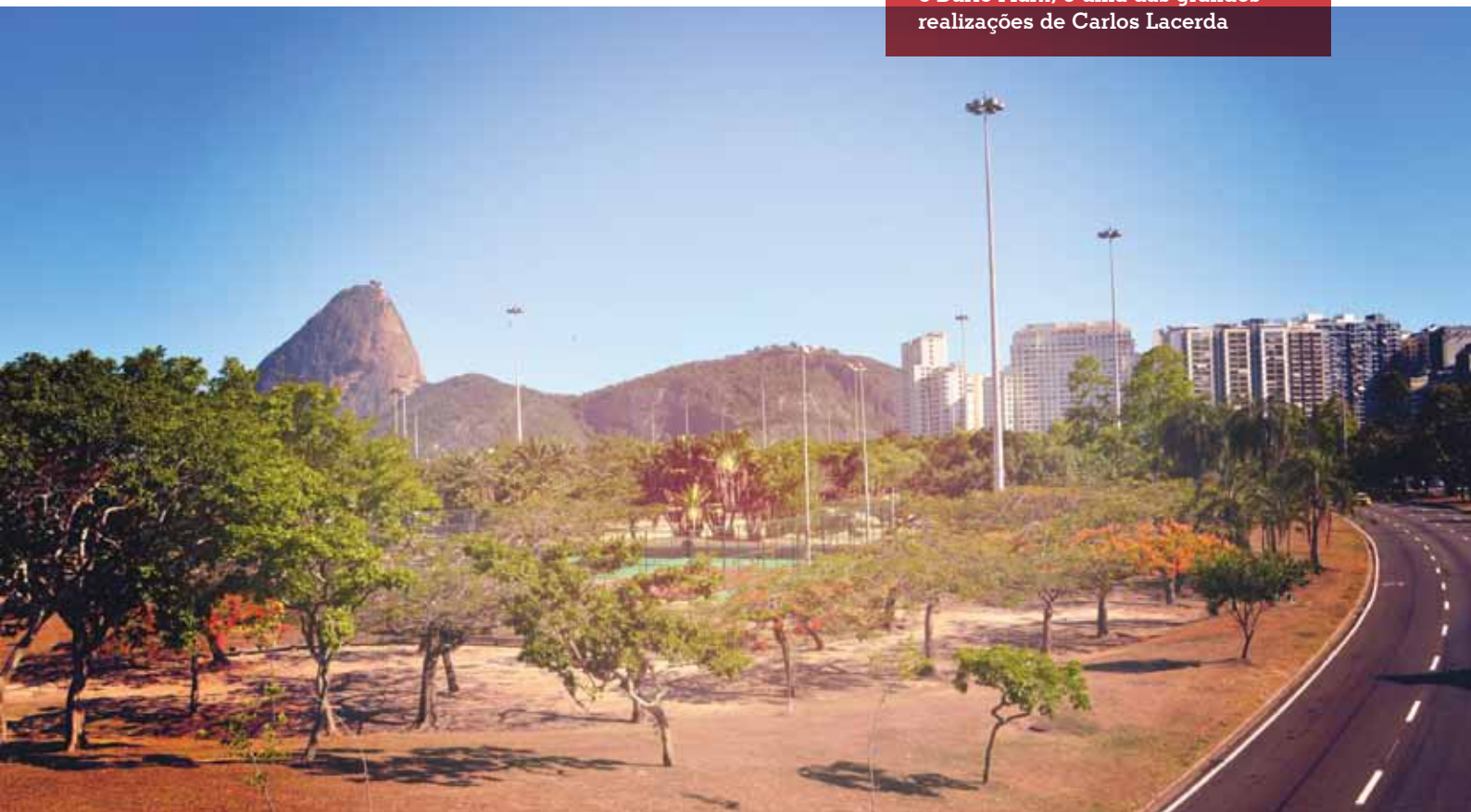
los Lacerda busca referências nos Estados Unidos, que é a potência da época – destaca Jacob.

A urbanista Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, a Lota, e o paisagista Roberto Burle Marx foram convidados, em 1961, para desenvolver o projeto do Aterro do Flamengo. A área foi inaugurada em 1965 e recebeu o nome de Parque Brigadeiro Eduardo Gomes.

Para o historiador Hiran Hoedel, Carlos Lacerda desenvolveu projetos para a cidade que não atendiam aos pobres.

– Não vamos resolver o problema da pobreza. Vamos remover os pobres da nossa vista para que não sejamos incomodados. Essa é a lógica de um modelo voltado ao interesse do capital.

Aterro do Flamengo, de Lota Macedo e Burle Marx, é uma das grandes realizações de Carlos Lacerda



Além da catequese

MAIS QUE EVANGELIZAR, O AUXÍLIO DOS
JESUÍTAS NA COLONIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
FOMENTOU A ECONOMIA, AS ARTES E O ENSINO

Texto **Michele Freitas** Fotos **Pedro Myguel Vieira**

Entre os atores principais da fundação da cidade do Rio de Janeiro estão os integrantes da Companhia de Jesus, responsáveis por evangelizar os índios. Além da catequese, os jesuítas desenvolveram outras atividades: administravam fazendas, eram professores, artesãos que esculpiam as imagens usadas nas capelas, escreviam gramáticas utilizadas nas aulas e ministravam as missas e demais atividades religiosas.

A produção das fazendas jesuítas aquecia a economia interna da cidade, que se formou em torno do complexo jesuítico construído no Morro do Castelo. O complexo contava com a Igreja de São Sebastião, que foi a primeira Sé, e o Real Colégio de Jesus do Rio de Janeiro.

Pouco tempo depois de a Companhia de Jesus ser fundada pelo espanhol Ignácio de Loyola em 1534 e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540, um primeiro grupo de missionários jesuítas partiu para o que era conhecida como a América Portuguesa. Quando padre Manuel da Nóbrega desembarcou em Salvador, em 1549, na mesma nau de Tomé de Souza, que se tornou o primeiro governador-geral, a Coroa Portuguesa vivia



No saguão do Colégio Santo Inácio, em Botafogo, estão expostas imagens feitas para a primeira igreja do Rio de Janeiro

Curiosidades de uma época

O primeiro colégio: O primeiro Colégio do Rio foi construído no Morro do Castelo. Ele fazia parte do Complexo Jesuítico que contava ainda com uma igreja e com a Santa Casa da Misericórdia, a única construção que permaneceu após a reforma urbana de Pereira Passos.

Padre José de Anchieta: Apesar de não ter se fixado no Rio, Anchieta teve um papel importante na fundação da cidade. Após participar das batalhas contra os franceses e os Índios Tamoios, ele sugeriu que a cidade se chamasse São Sebastião. Ao voltar para Salvador, informou a Mem de Sá, o Governador-Geral do Brasil, sobre a situação de fragilidade da cidade recém-fundada. Como forma de acabar com os ataques, padre

Anchieta propôs transferir a ocupação para o fundo da Baía de Guanabara. Em 1567, Mem de Sá mudou a cidade para o Morro de São Januário, que seria chamado Morro do Castelo, de onde se tinha uma visão privilegiada para a entrada da baía.

Ladeira da Misericórdia: A Ladeira da Misericórdia, que existe até hoje ao lado da Santa Casa da Misericórdia, no Centro, é o que sobrou da rua que dava acesso ao Colégio dos Jesuítas, no alto do Morro do Castelo.

Altars: A capela de Nossa Senhora de Bonsucesso, na Santa Casa de Misericórdia, abriga os altares originais da Igreja dos Jesuítas.

Colégio Santo Inácio: O Colégio Santo Inácio, construído no início do século XX, em Botafogo, abriga imagens feitas para a primeira igreja da cidade. O crucifixo e as imagens de São João e de Nossa Senhora estão no saguão do colégio. Feitos em Portugal, eles só chegaram ao Brasil quando a Companhia já havia sido expulsa.

Ponte dos Jesuítas: A Ponte dos Jesuítas, em Santa Cruz, foi um sistema de comportas para evitar inundações naquela região. Elas eram abertas ou fechadas para controlar o fluxo de água da chuva e das marés. Quando a chuva era demais, elas eram abertas e a água escoava para a Baía de Sepetiba, quando a maré subia, elas eram fechadas.

um momento de grande preocupação e organização para administrar as possessões americanas.

A chegada da Companhia de Jesus com o primeiro governador-geral demonstrava a importância do papel que eles poderiam cumprir naquela nova realidade. Durante o regimento de Tomé de Souza, a Igreja Católica, por meio desses religiosos, ficou responsável por cuidar da catequização dos índios.

Quando o grupo se fixou em Salvador, os religiosos tiveram noção do que era a colônia como um todo. Mesmo sem pisar em solo carioca, padre Nóbrega foi

informado da existência da Capitania de São Vicente e de outros lugares distantes já habitados. A professora Eunícia Fernandes, do Departamento de História da PUC-Rio, conta que o jesuíta chegou a ter aspirações de conhecer esses locais e, especialmente, os índios que ali viviam.

— Logo que chega e tem a determinação de cuidar dos indígenas, o padre Nóbrega ouve dizer que os índios Carijós são os mais afeitos a um processo de catequese, e esses índios eram encontrados exatamente na região mais ao Sul, conhecida como capitania de São Vicente. Ela ficava em um es-

paço difuso que poderia compreender um pouco de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Documentos e registros da época, em particular as cartas datadas de 1560 que foram trocadas entre os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, são os que, de fato, fornecem notícias mais precisas da permanência dos jesuítas no Rio de Janeiro.

A presença dos religiosos já estava vinculada e articulada a um movimento conflituoso entre indígenas, os Tupiniquins e os Tamoios, e entre europeus, os portugueses e os franceses, que invadiram o litoral carioca em 1555 e fundaram



A Ladeira da Misericórdia é o que hoje resta do Morro do Castelo, arrasado em 1922. Lá, ficavam construções jesuítas

a França Antártica. Os padres da Companhia de Jesus estavam no meio de uma tensão e, inclusive, assumiram em vários momentos um papel de mediadores entre os indígenas e entre os europeus.

— Eles chegam a essa localidade, que viria a se tornar o Rio de Janeiro, entre o fim da década de 1550 e o início da década de 1560. Considerando que a fundação da cidade será só em 1565, podemos concluir que os jesuítas estão ali antes mesmo da fundação da cidade. Bem próximos da configuração do que constitui sua formação — comenta a professora.

As três primeiras viagens de jesuítas à América Portuguesa estão registradas nos catálogos que eles elaboravam ao partir para

grandes missões em diversos continentes. Em 1549, com o padre Manuel da Nóbrega havia seis representantes da companhia, entre eles padres, estudantes e irmãos. Em 1550, chegaram mais quatro e, em 1553, outros sete, entre eles José de Anchieta. Depois disso, não existe um registro muito preciso, pois parte dos documentos do século XVI se perdeu.

— Nesse momento inicial da década de 1560, ao qual nos reportamos à formação da cidade do Rio de Janeiro, o número de jesuítas não era maior do que 20 pessoas. Eles estavam distribuídos em vários pontos da ocupação colonial. Por isso, é preciso pensar com cuidado a forma de atuação deles em termos de intervenção e

a capacidade de influência ou de articulação política, porque, fisicamente, eles eram muito poucos.

Alguns ficavam dentro dos aldeamentos, formados por eles. Outros viviam mais próximos das cidades, com a função de erguer os colégios, que eram os locais fundamentais de articulação estratégica, e alguns trabalhavam na formação das fazendas jesuítas. Eles acabaram se desdobrando entre os espaços, as ações da catequese e a administração do território, e a religiosidade dos colonos.

Os aldeamentos e as fazendas foram criados para facilitar o processo de conversão dos indígenas e de incorporação dos paradigmas religiosos. Além das habitações, existiam uma capela e uma escola,

e os índios de diferentes origens tinham uma rotina de trabalho, estudo e práticas religiosas.

Durante os dois primeiros séculos, os jesuítas estabeleceram diversas propriedades rurais nas áreas periféricas e na região do entorno do Rio de Janeiro. A maioria foi criada por meio do regime jurídico de Sesmarias, estabelecido pela Coroa, que permitia a doação de terras a quem se comprometesse a cultivá-las. Nelas, eles obtinham os itens necessários às atividades jesuíticas, como cerâmica e madeira para a cozinha do colégio, e alimentos, o que aquecia a economia da época. As principais foram a Sesmaria de Iguacu, criada em 1565, na Região do Engenho Novo; a Fazenda de Macacu ou Papucaia, de 1571, e a Fazenda de Santa Cruz, de 1596.

Na época da consolidação da cidade, o representante jesuíta do Rio de Janeiro, padre Gonçalo, fundou a Casa Jesuítica e a primeira igreja, dedicada a São Sebastião, que seria a primeira Sé do Rio de Janeiro. Isso reforçou a importância e a influência da Companhia de Jesus naquele momento.

Segundo o diretor do Centro Loyola de Fé e Cultura, padre José Maria Fernandes, coautor de um livro sobre a arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial, a migração para a zona central, logo após a fundação da cidade, foi uma questão estratégia de defesa contra invasões inimigas.

— O padre José de Anchieta tem uma participação nessa nova fundação do Rio de Janeiro. Foi ele que, quando aqui esteve, deu a sugestão de sair daquela região vulnerável e trazer a cidade para o fundo da Baía de Guanabara, por uma questão de segurança. Naquela época, ainda havia o risco de invasões de piratas, feitas principalmente por franceses.

Em meados do século XVII,

a cidade já estava instalada no entorno do Morro do Castelo, onde foram construídos a igreja dos jesuítas, a primeira Sé dedicada a São Sebastião, e o Real Colégio de Jesus, que deu início ao projeto educacional, mas foi interrompido em 1759 quando os jesuítas foram expulsos de todos os territórios portugueses.

Segundo a professora Eunícia Fernandes, o uso da língua geral, uma mistura de tupi com português, bastante difundida entre os missionários jesuítas que precisavam lidar com os indígenas, passou a ser um problema para Portugal.

— Na nova configuração de Estado, começam a surgir várias críticas à Igreja, de uma maneira ge-

“Os jesuítas estão ali antes mesmo da fundação da cidade”

Eunícia Fernandes

ral, e aos jesuítas, de uma maneira específica. Acreditava-se que os jesuítas eram os grandes conspiradores contra a figura do rei. Um grupo que era e manteve-se como exemplar na capacidade intelectual, formativa e de organização política, era visto como uma ameaça.

Como mantinham os colégios e exerciam grande influência sobre diversos setores da sociedade, eles eram um grupo de religiosos que passou a ter um capital, não apenas financeiro, mas sobretudo um capital humano altamente qualificado e com uma rede de relações políticas e de famílias importantes. Assim, eles eram constantemente acusados de possíveis motins contra o rei ou contra o

governador. O fato de eles preservarem a mão de obra indígena também se tornou um impasse para os colonos.

Por outro lado, em toda a Europa uma série de motivos para a expulsão da Companhia de Jesus surgiu em vários países, e o Papado foi pressionado por diferentes coroas para a dissolução da Companhia. A ordem só foi re-dimida e restaurada pelo Papado em 1814, coincidindo com o fim das guerras napoleônicas e a retomada das antigas configurações das monarquias.

— Mesmo com a supressão, eles não perdem a habilidade política na possibilidade de voltar a se organizar como ordem — ressalta Eunícia.

A Companhia de Jesus retornou ao Brasil entre 1842 e 1849, sem, no entanto, conseguir retomar o prédio erguido pela ordem no Morro do Castelo, que seria destruído no início da década de 1920, com a derrubada do morro. De 1900 a 1902, na mesma casa onde viviam os padres, na Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, foi aberta uma pequena escola primária, que também preparava meninos para a primeira comunhão.

Em julho de 1903, os padres se mudaram para um casarão na Rua São Clemente 132, em Botafogo, onde começou a funcionar o Externato Santo Inácio, com apenas nove alunos e um professor. Em 1909, havia 267 jovens matriculados. No fim daquele ano, outras alas foram erguidas em torno do pátio, iniciando a construção do principal prédio do colégio. O imóvel foi tombado em 1990, por causa do seu valor cultural e arquitetônico. O tombamento incluiu a casa vizinha, comprada da família Joppert, onde funcionou a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) entre 1940 e 1955.

Século em movimento



UM DOS SÉCULOS MAIS AGITADOS DA HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO PROVOCOU MUDANÇAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS E INFRAESTRUTURAIS

Texto **Arthur Macedo** Fotos **Gabriela Doria, Matheus Salgado e Pedro Myguel Vieira**

O Rio de Janeiro foi marcado por diversas mudanças durante o século XIX. Se no início dos anos 1800 a cidade era colonial, suja e de infraestrutura quase nula, no fim do século o Rio de Janeiro era a capital da República e uma cidade urbanisticamente reformada. Alguns acontecimentos históricos, como a vinda da Família Real Portuguesa, Proclamação da Independência, Abolição da Escravatura e Proclamação da República, ajudam a explicar as transformações ocorridas no Rio.

Na primeira década do século, apesar de representar um porto valoroso para o Império Português, o Rio era pouco ocupado. A maioria das pessoas, apesar de ter uma casa na cidade, vivia em fazendas. Daqui, escoavam todas as riquezas e mercadorias que vinham de Minas Gerais durante o período do ouro, além da própria produção agrícola nacional.

O cenário começou a mudar com a chegada da Família Real portuguesa, comandada pelo príncipe regente D. João VI, ao Brasil, em 1808. Antes de vir ao Rio, a corte passou em Salvador, onde foi assinada a Carta Régia que abriu os portos brasileiros às nações amigas. Quando desembarcaram no Rio, em março daquele ano, os portugueses depararam-se com uma vila empobrecida e atrasada, na qual cerca de metade


da população era de escravos. A cidade, inevitavelmente, precisaria ser transformada.

A abertura dos portos foi a principal mudança no campo econômico. O rompimento do exclusivismo colonial permitiu a vinda de comerciantes ingleses que movimentaram a economia. Em relação à infraestrutura, a urbanização era necessária para suprir as necessidades que a nova capital do Império demandava. Segundo a historiadora Cláudia Heynemann, supervisora do Arquivo Nacional, o Rio passou a ser identificado como Lisboa na América.

– Porque essa era a capital que ficou com a corte aqui, foram criados vários órgãos. Toda essa questão da administração pública portuguesa dá um novo status. A cidade tinha que ser vista como mais digna de ser a capital do Império Português – explica.

D. João VI promoveu a construção do Jardim Botânico e do Museu Nacional e criou instituições culturais. Foi erguido o primeiro teatro da cidade, o Real Theatro de São João. Também houve a fundação da Imprensa Régia que começou a publicar a Gazeta do Rio de Janeiro, jornal impresso pioneiro do país. A Biblioteca Nacional foi estabelecida em 1810, com a chegada do acervo da Real Biblioteca portuguesa de, aproximadamente, 60 mil livros.

Todas essas construções, somadas à expansão urbana, co-



Paço Imperial, na Praça XV, foi cenário do Dia do Fico, em 1822, e da assinatura da Lei Áurea, em 1888

meçaram a dar cara de metrôpo-
le ao Rio. Uma figura importante
nessa época foi Paulo Fernandes
Viana, nomeado intendente de
polícia. Segundo a pesquisadora
Isabel Lustosa, historiadora da
Fundação Casa de Rui Barbosa,
Viana, que era um dos auxilia-
res mais influentes de D. João,
instituiu uma série de posturas
municipais e proibições que mu-
daram a feição da cidade. Por
exemplo, passou a ser proibido
criar animais nas ruas e despejar
águas sujas.

– A política urbana, através
de Paulo Fernandes Viana, modi-
ficou a circulação dos transportes,
as aparências das casas e as ques-
tões de higiene.
Foi um código de
posturas; um có-
digo de bem viver
que vai orientar
a vida urbana. O
Rio vai se trans-
formando durante
aqueles 14 anos
em que o rei viveu
aqui – destaca.

A partir de
1816, há a reto-
mada das relações diplomáticas e
comerciais com a França, devido
à queda de Napoleão. Os france-
ses que vinham ao Rio de Janeiro
representavam a entrada de um
novo núcleo de comércio e cultura
para a cidade. Neste mesmo ano,
chegou a Missão Artística Fran-
cesa, grupo de artistas com o ob-
jetivo de dar uma feição civilizada
à cidade. Nesse grupo, estava o
arquiteto Grandjean de Montigny
que deu uma nova forma à archi-
tectura do Rio.

A coordenadora do Núcleo de
Memória da PUC-Rio, professora
Margarida de Souza Neves, ob-
serva que durante esse período
do início do século XIX, começou
a se desenhar algo importante na

história do Rio, a qualidade de
ser uma capital.

– A cidade ganha feições novas
para poder ser capital. Começa a
se desenhar algo muito importante
na história do Rio de Janeiro, que
é a sua “capitalidade”. Mesmo a
despeito do fato de a capital po-
lítico-administrativa ter ido para
Brasília, no sentimento dos mo-
radores da cidade, essa marca de
capital em muitos aspectos para o
Brasil, que começa a se desenhar
na vinda da Família Real, e que se
consolida no Império, é muito im-
portante – analisa Margarida.

Em 1821, D. João foi pres-
sionado a voltar para Portugal
por conta de uma revolução que
ocorria no país, a
Revolução Cons-
tituinte do Porto.
Os portugueses
queriam que ele
voltasse e resta-
belesse Lisboa
como metrôpole
e sede da monar-
quia. D. Pedro,
herdeiro do tro-
no, ficou no Bra-
sil para garantir a
unidade do país em torno do Rio
de Janeiro.

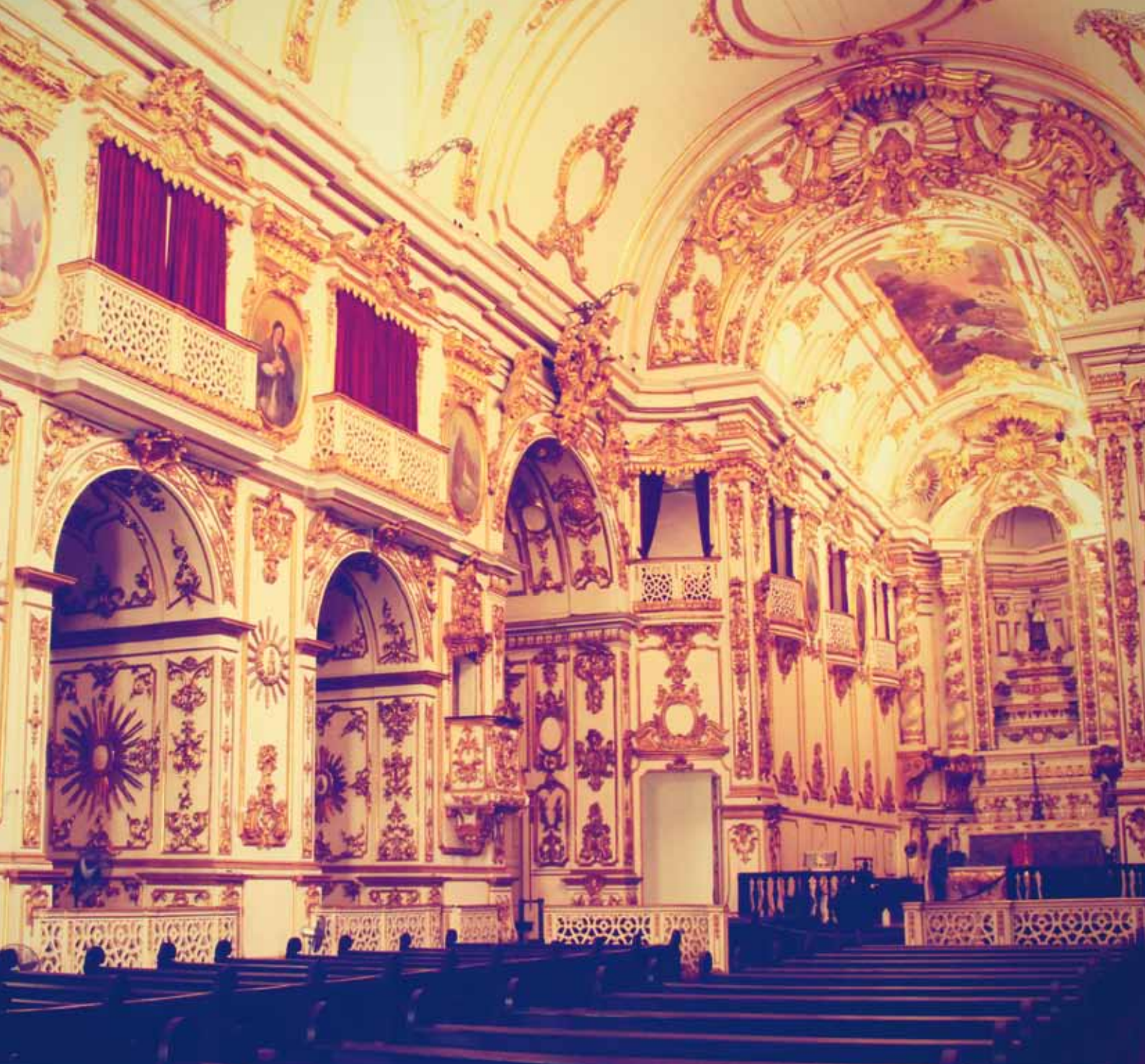
“A capital expandia a mensagem abolicionista para o resto do Brasil”

Isabel Lustosa

Porém, houve uma pressão
portuguesa para devolver o Brasil
à situação anterior. A corte estava
preocupada com os movimentos
que ocorriam rumo à emancipa-
ção política brasileira. Houve uma
tentativa de tirar a importância
do Rio de Janeiro e do príncipe,
e estabelecer o centro de ordem
das províncias brasileiras em Lis-
boa. Portugal pressionou para que
D. Pedro voltasse à Europa, pois
o retorno dele seria uma forma de
enfraquecer os ideais de indepen-
dência dos brasileiros. Essa é a
origem do Dia do Fico, quando o
príncipe foi contra as ordens e de-
cidiu permanecer no país. O pro-



As cerimônias de coroação
de D. Pedro I e D. Pedro II
foram na Igreja do Carmo
da Antiga Sé



cesso de independência brasileira começou a se fortalecer a partir desses fatos. Isabel Lustosa afirma que a presença de D. Pedro mudou os rumos da cidade e do país.

– A presença de D. Pedro muda os destinos do Brasil. O fato de ele viver aqui mantém a centralidade do Rio como sede da monarquia brasileira, e faz com que esse centro de poder atraia outros polos. A importância de D.

Pedro ter ficado no Rio de Janeiro foi a de conservação da unidade do Brasil em torno de um centro de poder, o Rio de Janeiro – diz.

A presença do imperador fortaleceu e prestigiou a cidade. A ideia de “capitalidade” do Rio é consolidada durante o Império, pois ela foi associada ao núcleo de poder central. O Rio, com a presença de D. Pedro e com a Independência, tornou-se o primeiro

lugar de uma identidade nacional.

Contudo, durante o Império, em termos de obras públicas, pouco se construiu na cidade. Por outro lado, houve uma valorização da natureza com reforma de parques e o reflorestamento da Floresta da Tijuca. Cláudia Heynemann destaca que, mesmo assim, a visão passada pela cidade aos estrangeiros não era boa. Era recorrente os visitantes



se decepcionarem ao chegar ao centro da cidade.

– O Rio de Janeiro era uma cidade barulhenta, suja, com muitas doenças, pouco arborizada e com pouco tratamento sanitário. A impressão que causava quando alguém entrava pela cidade não era das melhores. Para uma capital do Império, ela continuava muito precária. Mas a cidade sempre teve, desde a vinda da corte, essa proeminência, esse lugar na história do Império, embora enfrentasse muitas epidemias, muitas doenças – conta.


A escravidão foi uma das grandes contradições que se evidenciou no Brasil. Não dava para conciliar a ideia de um país que queria ser moderno com a escravatura, e havia uma pressão do mundo civilizado contra isso.

O Rio de Janeiro, por ter jornais próprios e intelectuais, tinha forte campanha abolicionista. Isabel Lustosa observa a importância da cidade como foco de disseminação da consciência abolicionista.

– A campanha abolicionista tinha, na cidade, seus principais focos de ação através de jornais, de publicistas como José do Patrocínio, como o caricaturista Angelo Agostini, como o próprio Joaquim Nabuco. Essa campanha intensa na imprensa foi importante para afirmar uma consciência contrária à escravidão. Há um espírito muito mais crítico em relação à escravidão. O Rio de Janeiro, como capital onde circulavam muitos jornais, onde havia núcleos intelectuais avançados, expandia para o resto do Brasil uma mensagem abolicionista – analisa.



Rua do Lavradio, aberta no século XVIII, se expandiu com a vinda da corte e virou um pólo cultural



Como o nome sugere, a Praça da República foi palco da proclamação do novo regime, em 1889

Um novo regime

Em 1888, foi sancionada a Lei Áurea para libertar todos os escravos. No ano seguinte, houve a Proclamação da República, quando um grupo de militares destituiu o imperador do poder e o assumiu. Segundo Margarida de Souza Neves, esses dois fatos estão ligados porque a escravatura era uma das principais bases de sustentação da monarquia, assim como o Exército.

— Primeiro, tem a fundação do Partido Republicano e o movimento republicano crescendo. Os federalistas tentam federalizar o Império, não conseguem e perde-se esse sustentáculo. O Exército tem as famosas questões militares, e na verdade é ele que derruba, factualmente, o Império. Não tem a base de sustentação essencial que eram os senhores de terras e de escravos. Na República, o Rio vai ganhar

contornos de capital da ordem, mas a ordem compreendida como progresso. O sonho não é mais ser diferente de Portugal, é ser igual à Europa, de preferência a Paris — descreve.

O Rio continuou a ser a capital. Houve uma queda de prestígio internacional, pois o fato de o Brasil ser a única monarquia do continente dava reconhecimento frente aos europeus. De acordo com Isabel Lustosa, quando a monarquia foi deposta por um golpe militar, criaram-se expectativas negativas.

— Acham que o Brasil vai entrar no ciclo das revoluções que marcaram a América Espanhola. As antigas colônias hispânicas foram foco de rebeliões desde a proclamação de independência delas. O Rio continua capital, e para mudar essa imagem ruim, a elite cafe-

eira produz a grande transformação urbana, a reforma de Pereira Passos, que mudou o Rio — comenta.

As pesadas reformas urbanísticas da cidade ocorreram no contexto republicano, no início do século XX, e tinham o objetivo de dar uma cara francesa ao Rio. Mas a reforma da cidade foi a reforma do Centro da Cidade, onde se construiu a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Tudo que era feito tentava se assemelhar a Paris. Margarida resume a relação entre a chegada da República e a modernização do Rio como dois projetos que têm um objetivo em comum.

— A República identifica seu projeto com o projeto modernizador assim como o projeto modernizador identifica a República com esse processo. Então, é um feliz casamento — conclui.

Palco revolucionário

AO LONGO DO SÉCULO XX E NO INÍCIO DO XXI, O RIO DE JANEIRO FOI O CENÁRIO DE MANIFESTAÇÕES DE GRANDE PESO POLÍTICO

Texto **Aline Rípoli** Foto **Evandro Teixeira**

1904

Revolta da Vacina

Em meio à reforma urbanística e sanitária de Pereira Passos, em 1904, explodiu a Revolta da Vacina. O Rio de Janeiro ainda mantinha características do período colonial e, conseqüentemente, graves problemas urbanos, como rede insuficiente de água e esgoto e cortiços superpovoados, um terreno fértil para doenças. Com o anúncio do projeto de regulamentação da Lei da Vacina Obrigatória, a cidade foi palco de violentos confrontos entre a população, que rejeitava a obrigatoriedade da vacina, e o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros.

1922

Revolta dos 18 do Forte

Considerada a primeira mobilização do movimento Tenentista no país contra as oligarquias e o presidente Arthur Bernardes, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana foi o início de um processo que culminou com a Revolução de 1930. Em 5 de julho de 1922, os rebeldes decidiram abandonar o Forte e marchar até o Palácio do Catete. Os 17 militares e um civil só conseguiram avançar pela Avenida Atlântica e logo encontraram as forças militares que defendiam o governo. Apenas dois saíram vivos do confronto: Siqueira Campos e Eduardo Gomes, que foram presos.

1910

Revolta da Chibata

Liderados por João Cândido, os marinheiros planejaram um motim contra os castigos físicos impostos pela Marinha do Brasil. Os revoltosos tomaram o controle dos couraçados de Minas e de São Paulo, que estavam ancorados na Baía de Guanabara, enviaram um telegrama ao presidente com as reivindicações e apontaram os canhões para a cidade do Rio de Janeiro, ameaçando abrir fogo contra a Capital Federal. Para o professor de História Fernando Vieira, o movimento mostra a realidade política de uma época. “Para eles, o marinheiro ainda era um escravo, era uma lógica escravista”.

1964

Comício de Jango

Cerca de 250 mil pessoas, entre representantes de entidades sindicais, trabalhadores, estudantes e servidores públicos civis e militares, reuniram-se na Avenida Presidente Vargas, entre a Central do Brasil e o edifício do Ministério da Guerra, para participar do comício do presidente João Goulart. O Comício da Reforma foi transmitido ao vivo por rádio e TV para todo o país, e o objetivo era apoiar a decisão do governo de executar nacionalizações e expropriações. No palanque, representantes da esquerda brasileira, incluindo Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola. O ato acabou incentivando a queda do presidente João Goulart, pois provocou a mobilização de setores conservadores por um golpe.



Em 1968, cem mil pessoas contra a ditadura

1968

Passeata dos 100 mil

Durante a ditadura militar, a cidade foi palco de manifestações após a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, no restaurante universitário Calabouço. A mais importante, a Passeata dos 100 mil, reuniu, em junho de 1968, estudantes, artistas, intelectuais, políticos e outros segmentos da sociedade civil brasileira. O mais importante protesto contra a ditadura militar, até então, começou a partir de um ato político na Cinelândia e ocupou as ruas do centro do Rio. De acordo com o cientista político Ricardo Ismael, professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, já existia um sentimento de que os militares não saíam do poder, mas ainda havia certo espaço para manifestações. Logo depois foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

1983

Diretas Já

A campanha nacional de apoio à emenda constitucional, proposta por Dante de Oliveira, que previa o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência, foi lançada em 1983 com o slogan que ganharia as ruas: Diretas Já. O movimento conquistou uma massa crítica que reuniu condições para se mobilizar abertamente.

No Rio, o Comício da Candelária reuniu um milhão de pessoas, a maior concentração política da história da cidade. Para o cientista político Ricardo Ismael, professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, o Diretas Já se transformou em um processo popular. “O povo já percebia que, além da insatisfação com o regime militar, falta de liberdade política e censura, não havia ganho econômico, o Brasil entrava numa crise profunda. No início dos anos 80, o país crescia muito pouco e a inflação começou a crescer”.

1992

Os Caras Pintadas

No dia 21 de agosto de 1992, cerca de 100 mil pessoas, com os rostos pintados nas cores verde e amarela, assim como índios preparados para a guerra, formaram um passeata na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio. Foi o ápice de um movimento iniciado pelos estudantes, chamado de Caras Pintadas, que pedia o impeachment do então presidente Fernando Collor, envolvido em escândalos de corrupção. A oposição se uniu: PT, PSDB e até setores do PMDB – no movimento Fora Collor, que causou a renúncia do presidente. Para o professor Ricardo Ismael, havia uma expectativa de que aquele momento seria um divisor de águas para o tema corrupção.

2013

Manifestações de junho

Em junho de 2013, liderados pelo Movimento Passe Livre, estudantes saíram às ruas para protestar contra o aumento na tarifa de ônibus na cidade do Rio. A ação ganhou apoio popular, principalmente depois da forte repreensão policial contra os manifestantes, e avançou para outras cidades. No dia 20 de junho, cerca de um milhão de pessoas tomaram às ruas em 25 capitais do país. O Rio de Janeiro foi a capital com maior número de pessoas: 300 mil. Os protestos, marcados por embates com policiais e pessoas feridas, se espalhavam pelas principais avenidas do centro da cidade: Rio Branco e Presidente Vargas.

Imponentes senhoras

TRÊS AVENIDAS QUE DESENHARAM O PERCURSO
DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Texto **Diego Roman** Fotos **Gabriela Doria, Matheus Salgado e Pedro Myguel Vieira**

Três avenidas, três destinos, três objetivos convergentes. Importantes marcos na história política, econômica e cultural do Rio de Janeiro, as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e Brasil abriram caminhos para reestruturações fundamentais em três momentos diferentes. Embora dotadas de interesses diversos, as propostas de abertura de novas avenidas tiveram denominadores comuns: proporcionar a integração e o desenvolvimento da cidade.

As avenidas Rio Branco, Presidente Vargas e Brasil foram, e ainda são, importantes vias para o deslocamento da população e de mercadorias na cidade. Algumas características as diferem, não só no caráter estético, mas, principalmente, em questões históricas.

Cada uma a seu modo, as três provocaram mudanças na cidade. Com a imponência e riqueza presentes nas construções com ares parisienses, a Rio Branco brilhou como centro cultural de uma época.

Mais do que por um encontro físico, Rio Branco e Presidente Vargas são as vias de referência no Centro da cidade, que abriram portas para a modernização da cidade no início do século XX. Enquanto a mais nova delas, a Brasil, surge movida por um objetivo econômico: permitir o escoamento de mercadorias entre grandes cidades.

Cada avenida desempenha funções diferentes e tem uma importância histórica. Mas o crescimento da cidade, acompanhado pela modernização, fez com essas três senhoras mantivessem o peso histórico, com uma pequena perda de importância funcional com o passar do tempo, segundo Antonio Edmilson Martins Rodrigues, professor de História da PUC-Rio.

— Hoje as Avenidas estão integradas à cidade. São avenidas porque são muito grandes, mas não são mais centrais, porque outros caminhos surgiram. Muito foi construído ao redor delas, o próprio fluxo dos aeroportos. Atualmente, para ir ao aeroporto Tom Jobim, há a Linha Vermelha,

nem tanto pela Avenida Brasil. A Linha Amarela é mais importante do que a Avenida Brasil quando se diz respeito à ligação com a Zona Oeste — avalia.

Novos eixos, como a Transcarioca e Transoeste, são criados com o objetivo de substituir as avenidas. Como forma de escapar do trânsito, o carioca tem optado por usar esses novos meios. Para o professor José Eugênio Leal, do Departamento de Engenharia Industrial, o aumento do trânsito tem levado o governo procurar medidas para amenizar a questão do tráfego na zona urbana.

— O motivo principal é o aumento do transporte individual que circula na cidade. E a cidade tem novas formas e obras para fortalecer a tendência de limitar o número de carros circulando nas ruas e dar mais ênfase ao transporte público. Em Nova York, foi criada uma lei para limitar o uso do carro e fazer com que exista um convívio entre o carro e os outros meios de transporte. Se o Brasil fizer isso, pode ser um bom futuro.

Avenida Presidente Vargas

O pontapé inicial para a construção da Avenida Presidente Vargas foi em 1938, durante o governo de Getúlio Vargas. A ideia era construir uma avenida que ligasse o Centro ao subúrbio, para que aumentasse a circulação na cidade entre Zona Norte e Zona Sul, como ocorria em outros lugares no mundo. Apesar disso, existia uma oposição feita por proprietários de imóveis e por religiosos, pois o percurso da nova construção obrigaria a demolição de algumas construções culturais, comerciais e religiosas importan-

tes. O professor Antonio Edmilson explica que não havia a ideia de preservação na época.

— O que se tinha era essa ideia desenvolvimentista muito forte, principalmente em função da cultura americana, do arranha-céu, das construções verticais, e isso acabou solapando toda essa base — diz.

Lugares como a Praça Onze e lojas comerciais antigas deram espaço para construções de garagens e circulação de carros e demais meios de transporte. Independentemente de a construção da Presidente Vargas ter provo-

Avenida Presidente Vargas, criada para ligar o Centro da cidade aos bairros do subúrbio do Rio

cado a derrubada de construções importantes, a via simboliza, assim como a Rio Branco, um marco na questão da modernização da cidade, tanto pela extensão como pela construção de edifícios, como o Palácio Duque de Caxias (antigo Ministério da Guerra).

Uma obra significativa desse momento foi a reconstrução do prédio da Central do Brasil. O antigo edifício construído na época de D. Pedro II, que simbolizava a via ferroviária principal do Rio de Janeiro no período da monarquia, foi demolido para dar lugar ao atual.

Outro fato marcante do período de construção da Presidente Vargas: pela primeira vez na história do Brasil, foram demolidas igrejas importantes, como a Igreja de São Pedro dos Cléricos, que tinha uma planta elíptica. Atualmente, só outra edificação com este traço existe no Brasil, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Ouro Preto, Minas Gerais.

O prefeito do Rio na época, Henrique de Toledo Dodsworth (1937–1945), recebeu do Banco do Brasil um empréstimo para começar a construção. Entre os obstáculos para o início das obras estava a lei de desapropriação, executada pelo Ministro da Justiça da época, Francisco Campos, que estabelecia o pagamento de 15 vezes o valor do imóvel para qualquer tipo de desapropriação. Como estratégia, o prefeito começou a demolir lugares com menor influência, e deixou por último os trechos entre a Rua Uruguaiana e a Candelária, locais onde havia circulação monetária maior. Com 3,4 quilômetros de comprimento e 65 metros de largura, a Avenida foi inaugurada oficialmente em 1944, com novas galerias de esgotos, encanamento de água e asfaltamento desde a Praça da Bandeira até a Igreja da Candelária.



Avenida Rio Branco

Chamada de Avenida Central até 1912, quando recebeu o nome em homenagem ao falecido Barão do Rio Branco, a Avenida Rio Branco começou a ser construída em março de 1904 e foi concluída em setembro do mesmo ano — mas a inauguração só ocorreu em 1905. O objetivo da via era cortar o centro da cidade e ligar o porto aos bairros da região sul. De acordo com Antonio Edmilson Martins Rodrigues, a construção da via auxiliou no desenvolvimento da Zona Sul.

— A ligação do porto à Zona Sul permitiu, de alguma maneira, que houvesse um crescimento acentuado para área sul da cidade, em direção aos bairros Glória, Flamengo, Botafogo. Principalmente, a partir dos anos 1930, com a Avenida Franklin Roosevelt.

Quando construída, a Avenida Rio Branco tinha 1,96 quilômetros de comprimento e 33 metros de largura, que, para a época, era considerada uma medida enorme. As calçadas foram pavimentadas artisticamente por 32 designers, chamados de mestres calceteiros. Foram gastos em torno de 46 mil contos de réis. A primeira casa comercial construída na



Presidente Vargas simboliza a modernização de uma época, principalmente pelas imponentes construções

Importante ligação do porto com os bairros da região sul, a Rio Branco logo se tornou ícone cultural



Avenida Central foi o magazine Colombo, na esquina da Rua do Ouvidor. Atualmente, a Rio Branco permanece com comprimento inicial, mas foi reduzida a 20 metros de largura.

Com o passar do tempo, a Rio Branco se tornou um ícone político e cultural da cidade. Isso se explica por diversos fatos, em diferentes tempos, como por exemplo: os desfiles de blocos e escolas de samba ou, mais recentemente, as manifestações ocorridas em 2013. Antonio Edmilson comenta que, além da parte histórica, a Avenida apresenta outra característica marcante, que é a arquitetura. Ele aponta que esses dois aspectos foram importantes para o processo de desenvolvimento da cidade.

— A Avenida Rio Branco tem uma dimensão de monumentalidade importante, porque ela guarda resquícios das obras da época do prefeito Pereira Passos. E, evidentemente, olhando hoje para a Rio Branco, pode ser observado o processo de mudança e modernização arquitetural da cidade. Existem vários prédios de vários momentos distintos. É um monumento para a arquitetura — ressalta.

Além da presença de alguns dos principais pontos culturais da cidade — o Teatro Municipal, Museu Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, entre outros —, a via mantém a importância econômica, tanto por estar próxima ao porto, como pelo comércio que foi desenvolvido na região ao longo do tempo. As ruas próximas à avenida

se tornaram pontos de comércio. De acordo com o professor, a própria disposição das ruas no Centro possibilitou o crescimento econômico na região. Entre elas, ele destaca a Rua do Ouvidor.

— As ruas paralelas nem precisaram ser modificadas, porque eram ruas coloniais estreitas, por conta do clima, do sol. Elas acabaram virando o que existe em Paris e se tornaram galerias. Aliás, as obras na Rio Branco se espelharam nas de Paris. A Rua do Ouvidor é uma grande galeria, as ruas do Rosário e Gonçalves Dias são grandes galerias, ou seja, não foi preciso alargá-las. Automaticamente, elas se tornaram lugares destinados ao comércio, principalmente a Rua do Ouvidor, que tinha uma tradição anterior à

da Avenida Rio Branco. A grande rua do Rio de Janeiro, antes da Avenida Central, era a do Ouvidor. Ela manteve essa marca e o comércio foi projetado em toda essa área que a gente chama de Centro da cidade — explica Antonio Edmilson.

Atualmente, a Rio Branco, assim como outras ruas do Centro, está tomada por obras. Na opinião do professor José Eugênio Leal, a Avenida Rio Branco poderá perder um pouco da identidade histórica, mas ganhará com oferta de outros meios de transporte.

— Acredito que, atualmente, a Rio Branco é a segunda maior via de referência do Centro da cidade. Com o VLT, ela pode perder um pouco da identidade como um lugar histórico, mas, como espaço urbano, ganhará mais mobilidade e valorização — afirma Leal.

Importante para a economia, a Avenida Brasil possibilitou a integração com a Zona Norte e Oeste

Avenida Brasil

A Avenida Brasil, apesar de não ter sido concebida dentro de um caráter tão modernizador como as antecessoras Rio Branco e Presidente Vargas, tem papel importante na integração do subúrbio, Zona Oeste e Zona Norte com o Centro da cidade. Inaugurada em 1946, a Avenida Brasil nasceu com o propósito de ser uma via de acesso a outras áreas urbanas mais distantes dentro da cidade do Rio (Campo Grande, Santa Cruz, por exemplo), e também à Região Serrana e à Avenida Presidente Dutra, que liga as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, a via mede 58,4 quilômetros, com quatro pistas de 55 metros de



A história da Avenida Brasil mantém uma forte relação com a movimentação econômica

largura e duas pistas de 24 metros. Antonio Edmilson observa que a criação da Avenida possibilitou o desenvolvimento urbano nos bairros ao redor.

— A Avenida Brasil foi a primeira possibilidade de ligação com a Zona Oeste, principalmente no governo de Getúlio Vargas, que criou uma série de conjuntos habitacionais naquelas regiões. A avenida abriu caminho para o processo de habitação de bairros, como Irajá, Guadalupe, entre outros. Hoje, existem vários conjuntos habitacionais importantes que ficam à beira da Avenida Brasil.

O professor de História ressalta que a via tem papel relevante para a economia da metrópole, por ser um importante meio de escoamento da produção do Rio de Janeiro para outras cidades.

— Por ela passa o fluxo principal do Porto em Sepetiba. Por outro lado, com o crescimento das cidades, essas áreas mais próximas do Rio de Janeiro começaram a substituir as antigas cidades dormitório da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, foi criada uma importante via de escoamento para a produção do Rio de Janeiro, seja pela Avenida Brasil, pela Rio-Petrópolis, pela Rio-São Paulo, ou pela continuidade da Avenida Brasil com a Rio-Santos.

A Avenida Brasil também permitiu a expansão das favelas pela cidade e propiciou o crescimento dos bairros no entorno da via. O aumento da população, o êxodo rural do Nordeste nos anos 1950 por causa das secas e a organização da Avenida Brasil com o eixo industrial do Rio de Janeiro fez

com que mais pessoas se estabelecessem na Zona Norte do Rio, segundo Antonio Edmilson.

— As pessoas de fora chegavam a São Cristóvão e ocupavam as margens da via. Os Complexos da Maré, do Alemão, as favelas da Vila da Penha e da Penha são regiões que foram ocupadas desde essa época por nordestinos. A Maré é praticamente oriunda de nordestinos. O próprio desenho da Avenida Brasil com o que se colocou como economia acabou atraindo essas pessoas, que ficavam perto do que seria uma oportunidade de trabalho, e reduziu o papel das cidades dormitórias próximas, como São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu — explica Antonio Edmilson.

Fonte: Histórias das Ruas do Rio, Gerson de Brasil.

No embalo do trem

REFORMA DE PEREIRA PASSOS IMPULSIONA A OCUPAÇÃO NAS PERIFERIAS. O CRESCIMENTO DO SUBÚRBIO GERA NOVA IDENTIDADE CARIOCA

Texto **Ana Costa** Fotos **Matheus Salgado e Pedro Myguel Vieira**



A Estação de Madureira é um símbolo de um dos bairros mais famosos da Zona Norte carioca



O revolucionário Bota-Abaixo, de Pereira Passos, no início do século XX, transformou a paisagem da cidade e impulsionou uma mudança na ocupação territorial. Houve um grande deslocamento da população para as áreas mais afastadas e o contraste entre o urbano e o suburbano ficou evidenciado. No sentido contrário das paisagens privilegiadas do cartão postal, o subúrbio escrevia uma história ao longo das linhas de trem.

O processo de regeneração da região central propiciou o crescimento populacional nas favelas e a ampliação dos subúrbios ao longo da ferrovia. De acordo com o professor do Departamento de História da PUC-Rio Antônio Edmilson, no século XIX, os subúrbios já se desenvolviam no leito da estrada de ferro D. Pedro II, mas houve um acréscimo importante de ocupação na área após as reformas.

Para ele, quem migrou para as margens das linhas de trem não foram os moradores que trabalhavam no Centro, que permaneceram no local por conta da proximidade com o trabalho. E, por isso, surgiram as primeiras favelas do Rio, como os morros da Providência, da Conceição e do Pinto. Os proprietários, a maioria portugueses, foram para os subúrbios. Eles viam em cada estação de trem uma oportunidade de ganhar dinheiro, com armazéns, quitandas e padarias. O que, consequentemente, ampliou a capacidade de desenvolvimento das áreas residenciais e comerciais.

Segundo Edmilson, o perfil comercial da região suburbana teve como base de constituição o extinto porto de Irajá, o de maior fluxo na Baía de Guanabara na época, que ligava Campo Grande a Santa Cruz. A conexão era feita na grande Madureira, que também engloba bairros como Cascadura e Osvaldo Cruz. De acordo com o professor, este foi o eixo principal da formação do subúrbio.

– A estrada de ferro costuma ter um lado desenvolvido e o outro não. Em Madureira e Cascadura, por causa dos viadutos e até pela proximidade com a Avenida Suburbana, os dois lados são iguais. Então, criou-se uma área muito importante que acabou definindo as características básicas do subúrbio.

De acordo com o historiador, a categoria subúrbio aparece após as reformas de Pereira Passos, antes a cidade era dividida em zona urbana e zona rural. Ele explica que já existiam jornais intitulados como suburbanos, mas a designação de zonas suburbanas aparece a partir do século XX, inseridas no censo de 1906. Segundo Edmilson, com o adensamento da cidade houve a criação de bairros que foram chamados de subúrbio e uma transformação do conceito da palavra.

– No século XIX, Copacabana, Glória e Laranjeiras, por exemplo, eram subúrbios, no sentido de estar fora da cidade, eram arrabaldes. Depois foram incorporados à cidade e



Informalidade é uma das marcas do subúrbio, onde é possível encontrar serviços ao ar livre

essa lógica mudou. Então, subúrbio virou aquilo que era mais longe da área mais desenvolvida da cidade e aí acabou virando pejorativo.

Para o professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio Renato Gomes, as modernizações foram excludentes e marcaram, mais claramente, o discurso de cidade partida. A antítese de civilização e barbárie, em comparação ao centro, reforçou a conotação específica que o subúrbio ganhou no Brasil. Segundo ele, em países como França e Estados Unidos, a oposição com a cidade se faz no estilo de vida, como é possível identificar nos filmes que mostram casas com gramados e bairros menos barulhentos.

Por aqui, ele comenta, a palavra expressa o sentido literal de “sub-urbano”, que retrata o subúrbio como uma região marcada pela falta de serviços básicos, como saneamento e iluminação. De acordo com Renato, a expansão para a Zona Sul também colaborou com o conceito negativo e o contraste na cidade. Hoje, além

das comparações com o Centro, os bairros localizados ao Sul servem de referências opositoras ao subdesenvolvimento das periferias.

– Por muito tempo, o subúrbio ficou conhecido como lugar de gente pobre e cafona. Essa marca de oposição, que sustenta a conotação negativa, é do imaginário coletivo. Afirmar que lá só moram pessoas de renda mais baixa é errado. A gente sabe que isso não é verdade. Hoje, os subúrbios têm serviços e problemas, como toda a cidade. São essas conotações que viram estereótipos – analisa.

Renato afirma que não existem diferenças entre a identidade urbana e suburbana. Para ele, as características atribuídas a quem mora no subúrbio também fazem parte do caráter de quem não mora. Por outro lado, a professora de Literatura Brasileira da Uerj Giovanna Dealtry acredita que muito do que é falado do carioca está ligado ao subúrbio. Segundo ela, a ideia do carioca festivo, aberto e que conversa com todo mundo está mais presente nas periferias.

– A população criou a imagem do carioca que está ligada ao subúrbio, que tem uma informalidade. Na Zona Sul, se tem uma imagem do carioca mais bossa nova, ligado à praia, e no Centro da cidade se tem uma relação mais formal, ligada ao trabalho.

Embora ainda haja resquícios do conceito negativo, o professor Edmilson ressalta que, atualmente, ir ao subúrbio tornou-se um programa legal. Grande patrimônio cultural, a região é conhecida por ser o berço de escolas de samba como Portela, Império Serrano e Mocidade. Segundo ele, hoje, as áreas suburbanas foram incorporadas à cidade. Isso aliado à popularização da comida de boteco e às atividades típicas, como as feijoadas nas quadras das escolas, por exemplo, incentivam o passeio.

– Tudo virou marketing, inclusive o subúrbio. As pessoas querem ir lá conhecer os bares, andar no trem do samba, comer a feijoada das escolas e voltar para a Zona Sul. Ainda não é um lugar para morar, é quase um passeio exótico.



Linhas de trem que cortam o subúrbio tiveram papel importante no desenvolvimento da região

Carioca da Gema

DESCONTRAÇÃO E IRREVERÊNCIA:
CARACTERÍSTICAS PRESENTES NO
COTIDIANO DOS QUE MORAM NO RIO

Texto **Diego Roman** Ilustrações **Diogo Maduell**

O carioca não é apenas aquele que nasce no Rio de Janeiro, mas também é aquele que, de alguma forma, se identifica com certos aspectos que compõem a identidade construída da cidade. O futebol, a praia e o Carnaval são algumas das marcas características do Rio e que acompanham a irreverência no vestir e falar do carioca. Jogar bola, ir à praia e pular Carnaval, por exemplo, são costumes que formam um ritual e influenciam construção da identidade chamada carioca.

Não é tão simples dizer quais são os respectivos aspectos de uma identidade. O carioca é uma construção das características que o formam. A professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio Sônia Maria Giacomini explica que existem tipos diferentes de cariocas.

— Existe o carioca do estereótipo, que é aquele carioca que se contrapõe ao paulista, ao gaúcho, ao nordestino. E tem o carioca de carne e osso que mora aqui em qualquer lugar da cidade.

Carioca da gema é a expressão dada para aquele que nasce e mora no Rio de Janeiro. Mas para



ser carioca, não é necessário ter nascido na cidade. Existem pessoas que vêm de fora para morar ou trabalhar, mas que acabam criando raízes na cidade e vínculos com a identidade carioca. Entre as características que formam a identidade carioca está, na análise de Sônia Giacomini, a constante alegria que o nativo do Rio demonstra.

— Essa alegria de viver ultrapassa as classes sociais e se assemelha, de certa forma, com a musicalidade e a corporeidade. A questão não é só ser, mas gostar de ser assim. É tipo um charme e sentir orgulho desse charme.

Costumes culturais também estão presentes na hora de formar uma identidade carioca. Apesar da diversidade geográfica, o Carnaval, o futebol e a praia marcam presença no cotidiano do morador da cidade. O jornalista dos canais ESPN Lúcio de Castro diz que os esportes, entre eles o futebol, têm uma relação expressa com o processo de desenvolvimento da cidade.

— O esporte acompanha a história da cidade, desde o remo, que foi mudando de lugar com a expansão do Rio, saindo da Praia do Flamengo para Botafogo e depois para a Lagoa, na mesma direção que a cidade crescia. O futebol também, assim como os esportes de praia e as peladas do Aterro, que fazem parte da paisagem. Provavelmente, não existe nenhuma cidade que vive o futebol como o Rio. Isso tem influência

“A praia é como se fosse o quintal da casa de todo mundo”

Flavia de Lins e Silva

direta na vida da cidade, desde o início do século passado, como conta e canta Noel Rosa. Assim, o futebol dá vida para a cidade e vice-versa. Nos bares, praias, ruas, trem, ônibus, sempre tem alguém falando de futebol no Rio.

Sambar e pular no Carnaval representam uma parte da identidade do carioca, mesmo que não tenha nascido com o samba no pé. A euforia carnavalesca e o contagiante gingado do samba são sentimentos marcantes na vida de quem carrega o Rio de Janeiro na história. O coordenador do centro de projeto do

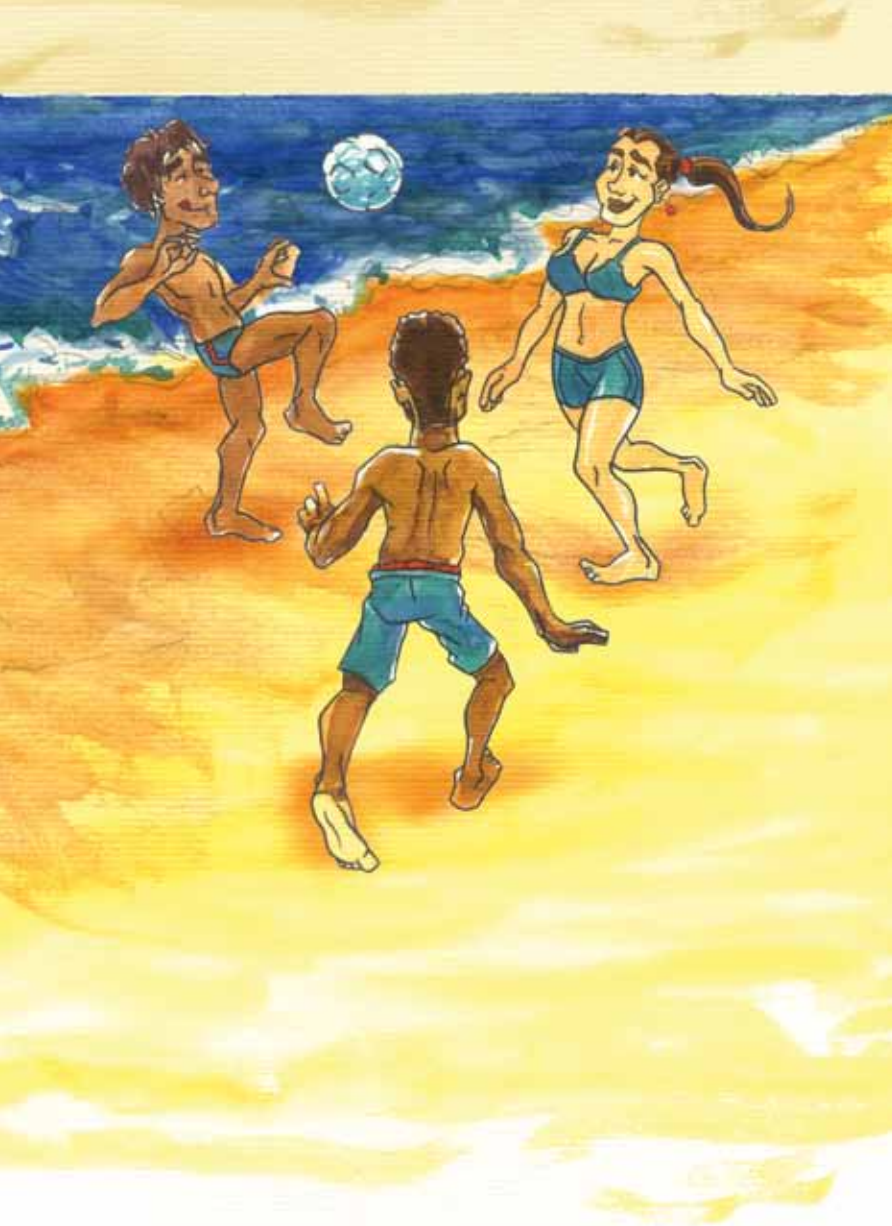
Carnaval da UERJ, Felipe Ferreira, ressalta que há uma forte identificação do carioca com o Carnaval, o samba, o futebol e a praia, e que esses conceitos fazem parte da construção da identidade carioca.

— Quando se fala em Rio de Janeiro, esses aspectos com certeza estarão presentes. Se alguém aqui não gosta de Carnaval no Rio, isso cria uma questão. A presença do Carnaval vai ultrapassar o próprio gosto. Mesmo quando a pessoa não gosta, cria-se uma questão de dizer “como você não gosta?”. Ao se falar em Rio de Janeiro, o Carnaval estará sempre presente. E mesmo quem não gosta da brincadeira, pode acabar fazendo parte sem mesmo querer.

Por ter sido capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a ser palco de uma manifestação do Carnaval no país. O samba tocado na festa serviu de inspiração para outros estados, e assim, cada região do Brasil desenvolveu o próprio estilo de fazer Carnaval com respectivos sambas. O professor Felipe Ferreira explica que o Carnaval começa a se tornar um elemento de identidade do Rio entre os anos de 1840 e 1850, e que, mesmo tendo sido importado da Europa, o Carnaval mescla a tradição européia com a brasileira.

O samba surge nos morros que ficam ao redor do Centro da cidade do Rio. O estilo musical chamou a atenção dos intelectuais e criou uma relação entre os pensadores cariocas e a música que





surge das periferias da cidade. Dessa forma, o estilo musical não era marginalizado.

— Ocorre no Rio uma mistura da sofisticação do Carnaval francês com os blocos de rua. Toda a questão popular e a essência negra, juntas, vão povoar o Rio no fim do século XIX, e do século XX em diante. Nos anos de 1920, começou a surgir o samba batucado, o samba de morro, que deu origem às escolas de samba que tomam a frente do Carnaval nos anos 1950.

O Rio de Janeiro também é conhecido por ser um lugar com lindas belezas naturais, da combinação da vegetação das montanhas com rios e praias, presença fiel no cotidiano do carioca. Ir à praia a

qualquer hora do dia, em qualquer dia da semana, ao sair mais cedo do trabalho, ou cedinho, antes do trabalho, nem que seja por meia-hora, é uma forte característica do morador do Rio. Não importa qual praia seja, ela é um fator importante na construção da identidade do carioca. A cineasta Flavia de Lins e Silva, diretora do documentário *Faixa de Areia*, explica que a praia é um lugar em que certos hábitos e costumes são deixados de lado na areia.

— A praia é como se fosse o quintal da casa de todo mundo. Ao sair das calçadas e descer para as areias, as regras mudam. Há um encontro entre diferentes classes sociais, por vezes, ditado pela mo-

bilidade e pelo preço de comida e bebida. Coisa que não acontece nas escolas e na sociedade, onde tudo está muito segregado. A praia ainda tem esse encontro.

O fato de o Rio ser uma cidade que cresceu voltada para o porto ajuda a mostrar que a cidade esteve sempre voltada para o mar, e sempre esteve interessada com o que vinha do mar, mesmo em épocas mais antigas, quando a praia era pouco habitada. Até os que não curtem praia acabam se identificando com ela. Segundo Flavia, os cariocas optam em ir à praia não só para entrar na água ou caminhar na areia, mas também por uma questão de comportamento social.

— Tem gente que não gosta de praia, mas que vai para caminhar na orla, andar de bicicleta e pegar o ar fresco. Muita gente marca encontro na praia para depois resolver o que vai fazer. Antigamente, um posto era o point que reunia a galera para depois sair — lembra.

A praia também ajuda a ditar uma moda mais informal na cidade. É muito comum encontrar mulheres com sandálias chamadas de rasteirinhas e short jeans curto, ou homens com camisa regata e bermuda tachtel, com sandálias havaianas nas ruas do Rio. Assim como também é comum entrar no shopping de chinelo e depois pegar um ônibus para ir para praia. Para o carioca, tanto faz. É um jeito carioca de ser.

Mais de que compor a alma da identidade carioca, o Carnaval, a praia e o futebol são conectados. Durante a festa do Rei Momo, não é raro os cariocas frequentarem blocos na praia, e aproveitarem para dar um mergulho no mar, e eventualmente, jogar futebol nas areias. Não importa onde o carioca esteja, ele sempre será lembrado e se identificará como aquele que vai à praia, que gosta de sambar e que sabe dominar uma bola.

Apresentador | Atendimento |

Assessor de Imprensa |

Cinegrafista | Diretor de Arte |

Editor de Imagem e Som |

Fotógrafo | Locutor | Mídia |

Produtor | Redator | Repórter |

Webdesigner.

Nome

Núcleo

Função

Matrícula

ESTAGIÁRIO



PUC
RIO

PROJETO
COMUNICAR
Desde 1987

VICE-REITORIA
PARA ASSUNTOS
COMUNITÁRIOS

SELEÇÃO CARIOCA DE COMUNICAÇÃO

Desde 1987, o Projeto Comunicar treina alunos para trabalhar em Jornal, Televisão, Fotografia, Publicidade, Rádio, Comunicação Comunitária, Assessoria de Imprensa e na Editora PUC-Rio.

O exercício diário reproduz a exata dimensão das empresas de comunicação existentes no mercado, dentro de um processo que destaca o aprendizado como fundamento e a exigência profissional como filosofia de ação.

Essa reflexão na prática tem colocado em campo um verdadeiro timaço de comunicadores que começaram a vida profissional vestindo a camisa do Comunicar.



